

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

ROGÉRIO CANDIA RODRIGUES

**O RÉQUIEM DO PATRIARCA E A ASCENÇÃO DO INDELÉVEL
DOS PAMPAS:** análise dos processos de construção patrimonial em torno de Júlio de Castilhos pelo PRR (1903-1913) e do gaúcho pelo MTG (1948-1958)

PORTO ALEGRE
2008

**O RÉQUIEM DO PATRIARCA E A ASCENÇÃO DO INDELÉVEL
DOS PAMPAS:** análise dos processos de construção patrimonial em torno de Júlio de Castilhos pelo PRR (1903-1913) e do gaúcho pelo MTG (1948-1958)

ROGÉRIO CANDIA RODRIGUES

**O RÉQUIEM DO PATRIARCA E A ASCENÇÃO DO INDELÉVEL
DOS PAMPAS:** análise dos processos de construção patrimonial em torno de Júlio de Castilhos pelo PRR (1903-1913) e do gaúcho pelo MTG (1948-1958)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em História durante o 2º semestre de 2008.

Orientador: Prof. Dr. José Augusto Costa Avancini

PORTO ALEGRE
2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora: Profa. Dra. Céli Regina Jardim Pinto

Vice-Diretor: Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Chefe: Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó

Dados de Catalogação na Fonte

R696r Rodrigues, Rogério Candia

O réquiem do patriarca e a ascensão do indelével dos pampas : análise dos processos de construção patrimonial em torno de Júlio de Castilhos pelo PPR (1903-1913) e do gaúcho pelo MTG (1948-1958) / Rogério Candia Rodrigues ; orientador José Augusto Costa Avancini. Porto Alegre, 2008.

87 f.

Trabalho de Conclusão de Curso – UFRGS, IFCH, 2008.

1. História. 2. História sul-rio-grandense. 3. Patrimônio.
4. Memória coletiva. I. Castilhos, Júlio de. II. Avancini,
José Augusto Costa. III. Título.

CDD 981.65

Departamento de História

Avenida Bento Gonçalves, 9.500 – Bairro Agronomia / Campus do Vale

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Prédio A1 – Sala 116

90035-007 – Porto Alegre – RS

Fone: (51) 3308-6625

Fax: (51) 3330-xxxx

E-mail: deptohis@ufrgs.br

ROGÉRIO CANDIA RODRIGUES

**O RÉQUIEM DO PATRIARCA E A ASCENÇÃO DO INDELÉVEL
DOS PAMPAS: análise dos processos de construção patrimonial em torno de Júlio de Castilhos pelo PRR (1903-1913) e do gaúcho pelo MTG (1948-1958)**

Trabalho de Conclusão de Curso, submetido ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com objetivo de obtenção do título de Bacharel em História e apresentado à Comissão Examinadora, abaixo assinada, formada por docentes deste Departamento.

Data/Local da Aprovação

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Caleb Faria Alves
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. José Augusto Costa Avancini
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Orientador

Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----------|
| FIGURA 1 – O monumento a Júlio de Castilhos inaugurado em 25 de janeiro de 1913 _____ | 83 |
| FIGURA 2 – Castilhos na “fase da organização do governo positivista” do Monumento _____ | 84 |
| FIGURA 3 – Júlio de Castilhos _____ | 84 |
| FIGURA 4 – No início do século 20 o monumento dominava o cenário da Praça Marechal Deodoro, “Praça dos 4 Poderes do Estado” _____ | 85 |
| FIGURA 5 – O “entusiasmo do povo rio-grandense pela causa republicana”: O “popular gaúcho” saudando a República e Júlio de Castilhos _____ | 85 |
| FIGURA 6 – O “Gaúcho Oriental” _____ | 86 |
| FIGURA 7 – Antônio Caringi e <i>O Laçador</i> em gesso _____ | 86 |
| FIGURA 8 – O Laçador, monumento ao gaúcho inaugurado em 20 de setembro de 1958 _____ | 87 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

35 Centro Tradicionalista Gaúcho - “35” CTG

Comissão Estadual de Folclore - CEF

FSB/MPAJF - Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

Igreja Positivista do Brasil - IPB

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul - IHGRS

Instituto de Tradição e Folclore - ITF

Movimento Tradicionalista Gaúcho - MTG

Museu Júlio de Castilhos - MJC

Partido Republicano Rio-Grandense – PRR

Secretaria de Educação e Cultura - SEC

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 08 |
| 2 PATRIMÔNIO: dimensões e domínios | 12 |
| 2.1 Patrimônio: campo de práticas e disputas simbólicas | 14 |
| 3 O IMAGINÁRIO POSITIVISTA | 23 |
| 4 O PRR E SEU PATRONO | 27 |
| 4.1 Do Mito do Gaúcho e da Revolução ao Mito do Patriarca | 28 |
| 4.2 A Federação e o Museu Júlio de Castilhos como Instrumentos Estratégicos de Promoção do Castilhismo | 34 |
| 4.3 O Monumento ao Patriarca | 37 |
| 5 A MIMESE DO GAÚCHO: a literatura engajada e o sectarismo historiográfico | 45 |
| 6 A METAMORFOSE DO GAÚCHO: o movimento tradicionalista | 51 |
| 6.1 Embates Entre Eruditos do Folclore Ligados ao Museu Júlio de Castilhos e os Tradicionalistas: a inserção e institucionalização oficial do movimento | 60 |
| 6.2 Um Símbolo Para o Movimento – <i>O Laçador</i> : a materialização do arquétipo de gaúcho dos tradicionalistas | 65 |
| 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 76 |
| REFERÊNCIAS | 80 |
| ANEXO A - Ilustrações | 83 |

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Bacharelado em História, na ênfase Organização e Gestão do Patrimônio Histórico-Cultural, tem como tema o patrimônio e o processo de sua construção como portador de referência simbólica que remeta a identidade e a memória coletiva.

Tendo como um dos focos o patrimônio monumental público, parto do pressuposto de que o evento de concepção e inauguração monumental tem como objetivo atender a interesses contemporâneos ao seu lançamento (com suas inerentes disputas políticas e retóricas circunstanciais) e que sua preservação material e imaterial não dispensa uma militância constante que recorre à ressignificação de rituais, hábitos e costumes, como forma de legitimação de uma visão particular de idéias e valores coletivos.

O patrimônio, devendo ser viabilizado através de estímulos que o apresentem como portador de signos que remetam à memória e à identidade, necessita de significativos e constantes investimentos sócio-políticos. Nesse ínterim o papel do Estado é essencial já que sem o aval do poder público não há patrimonialização.

De fato, o patrimônio não se constitui fora de uma rede simbólica que está engendrada em conflitos de interesse e de relações de poder, até porque se constitui a partir de juízos de valor que devem ser aceitos como legítimos pelos seus expectadores. O que interessa na proposta deste trabalho são os mecanismos através dos quais *as demandas se realizam em ação* e o modo como procuram atingir o imaginário social¹.

O imaginário social é constituído e expressado por meio de ideologias e utopias, âmbito de atuação dos símbolos, das alegorias, dos rituais e dos mitos

¹ Que pode ser compreendido na forma proposta por Pesavento: “o imaginário social é parte constituinte da realidade, pois não só a representa como atua sobre ela, acionando práticas e imprimindo direções. Constituído por um sistema de idéias-imagens de representação coletiva, o imaginário possui um fio de terra que o liga às condições concretas de existência, mas não é reflexo do real. As representações sociais são, por assim dizer, históricas, concebidas em cruzamento com práticas historicamente determinadas, mas não têm exata correspondência com o concreto. Elas comportam uma dimensão de sonho, desejo, utopia, de projeção de um inconsciente coletivo, forjando imagens daquilo que se desejaria que acontecesse. Da mesma forma, apresentam uma faceta de intencionalidade, manipulação, ilusão do espírito, viés este que se poderia denominar como ideológico. Enquanto representação, o imaginário é também epifania, revelação de um outro ausente, mas esta enunciação é feita de maneira simbólica e alegórica. Em suma, há, pois, um significado a desvelar, dada a natureza da revelação. O imaginário expressa-se por discursos e imagens, que vão além do seu significado aparente” (PESAVENTO, 1994, p.130).

(CARVALHO, 1998). Os símbolos e os mitos podem, por sua índole prolixa, sua capacidade de produzirem e difundirem mensagens e imagens em conformidade com determinados códigos, por serem de fácil assimilação, tornarem-se instrumentos poderosos de projeção de desejos e interesses já que podem explorar as inquietações coletivas. Na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também modelar visões de mundo e comportamentos. O manuseio consciente e determinado do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudanças de caráter sócio-político, nos quais há uma redefinição ou transição de identidades coletivas.

Foi justamente em um contexto de mudança e afirmação de novos paradigmas políticos e sociais que a partir de 1903 (com a morte de Júlio de Castilhos) o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) promoveu a mitificação do seu Patriarca e, a partir de 1948 (logo após a redemocratização pós-Estado Novo), o 35 CTG, origem do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG, fundado oficialmente em 1966), propôs com muita diligência o “gaúcho típico” como signo de todos os rio-grandenses em uma conjuntura que julgava ser de “degradação cultural”. Como observa Carvalho, “[...] por ser parte real, parte construído, por ser fruto de um processo de elaboração coletiva, o herói (mito) nos diz menos sobre si mesmo do que a sociedade que o produz.” (1998, p.14).

Na proposta de construção do mito em torno do Patriarca e de sua identificação como mentor da República no Rio Grande do Sul estava inserida a construção de um monumento que salientasse essa relação. Por seu turno, os tradicionalistas, a propósito de suas incipientes manifestações “cívicas”, reivindicavam um “símbolo da terra na estatuária pública de Porto Alegre no qual pudessem reverenciar a ‘figura do gaúcho’” (CÔRTEZ, 1994, p. 13). Os resultados desses investimentos sócio-políticos foram o monumento a Júlio de Castilhos² e a estátua *O Laçador*³, que se tornaram parte dos panteões criados pelo PRR e pelo

² Localizado na Praça da Matriz que, junto com a Praça da Alfândega, é um sítio histórico tombado pelo IPHAN.

³ Reconhecido como símbolo oficial da cidade de Porto Alegre (Lei Complementar 279/92), tombado em 2001 pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural e promovido, em sessão da Assembléia Legislativa do Estado, em 15 de maio de 2008, a integrante do patrimônio histórico e cultural e escultura símbolo do Rio Grande do Sul (Projeto de Lei nº13/2006), com a justificativa de seu relator de dar “o devido reconhecimento a este monumento tão tradicional do nosso Estado que em seus quase 50 anos de existência teve seus significados enriquecidos e registrados na memória afetiva da comunidade” - Diário Oficial da Assembléia Legislativa. Estado do Rio Grande do Sul (15 de maio de 2008). Deputado Giovani Cherini. Parecer favorável; sancionado pela Governadora do Estado.

MTG para salientar imagens que servissem de modelo para a comunidade regional.

Embora tenham sido concebidos em contextos históricos distintos, ambos deveriam representar arquétipos de valores ou aspirações coletivas. No entanto, enquanto o monumento a Júlio de Castilhos foi concebido como parte de um conjunto cívico e litúrgico positivista, *O Laçador*, monumento ao gaúcho, foi proposto na esteira do intenso processo de constituição de novos atores políticos e de construção de novas identidades sociais, após uma década de centralismo e exaltação ao federalismo dos interventores estaduais do governo Vargas. O gaúcho pampeano, identificado com a velha oligarquia rural dirigente durante a República velha, agora é mitificado a partir de uma nova abordagem e elevado a referência simbólica de todos os rio-grandenses.

Tendo como base a bibliografia, que aborda isoladamente estas duas construções simbólicas, o presente trabalho tem como intuito analisar estes processos de construção patrimonial, já que foram promovidos como bem de todo e para todo conjunto social, e estabelecer as continuidades e singularidades nas ações e discursos dos agentes e intelectuais ligados a promoção das respectivas demandas e o papel estatal como chancelador destes investimentos sócio-políticos.

O trabalho limitasse temporalmente, com certa flexibilidade em seus extremos, ao intervalo 1903-1913 para o caso de Júlio de Castilhos, período que abrange o espaço entre o falecimento do Patriarca (e início de sua mitificação) até a inauguração do monumento em sua homenagem. Para a estátua *O Laçador*, o período será de 1948-1958 – do surgimento do “35” CTG até a inauguração do monumento em reverência ao gaúcho. Estes intervalos de tempo se justificam porque dentro dos dois processos de construção simbólica a inauguração dos monumentos pode ser considerada um marco fundamental que consubstancia todo panteão alegórico, simbólico e discursivo do qual são parte.

Quanto aos capítulos, no primeiro é feita uma aproximação teórica e conceitual sobre a temática patrimônio, seu campo de atuação e os parâmetros correlatos a abordagem específica deste trabalho.

O segundo capítulo apresentará os fundamentos das alegorias, símbolos e analogias dos positivistas na construção de seus mitos visando legitimar a recém proclamada República no imaginário popular.

No terceiro capítulo será abordado o uso adaptado dos mesmos subterfúgios pelo PRR no contexto regional de contestação de sua legitimidade, sua apropriação

e tentativa de vínculo a personagens e eventos marcantes para a sociedade rio-grandense, o processo de mitificação de Júlio de Castilhos como Patriarca do republicanismo no Rio Grande do Sul, o uso do periódico A Federação e do Museu Júlio de Castilhos como instrumentos estratégicos desta promoção e o processo de sua construção e significados do monumento em homenagem ao líder do PRR.

No quarto capítulo será abordada a construção do mito do gaúcho como símbolo vinculado a elite pecuarista do estado durante a República Velha pela literatura e pela historiografia.

No quinto capítulo será feito um breve histórico da origem e ascensão do Movimento Tradicionalista Gaúcho, uma síntese do processo de inserção dos tradicionalistas no aparelho do Estado e sua oficialização institucional como mecenas da tradição gaúcha a revelia da posição dos chamados eruditos do folclore, intelectuais ligados ao MJC e ao IHGRS, em um embate pela primazia nos ditames acerca da cultura e das políticas de preservação do patrimônio local no âmbito da Campanha de defesa do Folclore Brasileiro no início dos anos 50 e um histórico da origem da demanda de um monumento de reverência a gaúcho, sua consolidação material e seus significados.

Por fim, a propósito do título do trabalho, o monumento em homenagem a Júlio de Castilhos pode ser pensado como – O réquiem do Patriarca – marco maior da construção simbólica em torno deste personagem histórico. Neste caso, referindo-se as duas acepções da palavra réquiem, corresponde tanto ao um “canto litúrgico” simbólico permanente dos positivistas do PRR a seu líder máximo após sua “transformação subjetiva” (VILLARES, 1922, p. 19) em 24 de outubro de 1903, quanto ao repouso do mito criado em torno dele.

Quanto ao gaúcho do MTG, este ascenderá como – indelével dos pampas – porque sua transformação em cultura de massa o tornou indestrutível, inquestionável e difundido no imaginário social de todas as regiões do Rio Grande do Sul e quiçá, também, fora do Estado.

2 PATRIMÔNIO: dimensões e domínios

Nesse capítulo busca-se empreender observações sobre as principais questões que podem advir e marcam uma construção social – o patrimônio - que tem o caráter de referir-se à memória e a identidade de um grupo ou sociedade e que se procura legitimar através do reconhecimento social e político como bem da sociedade, ou seja, público.

Considerando-se que o patrimônio - histórico e cultural -, é um tema que envolve as ações governamentais e da sociedade civil organizada, estará sempre em evidência como política pública porque remete a valores simbólicos compartilhados por grupos ou pelo conjunto social em nível local, regional ou nacional. Como campo de pesquisa é um tema abrangente; uma análise que tenha o propósito de engendrar-se pela complexidade de seu processo evolutivo - idealização, construção, legitimação e consolidação - fará referências as inter-relações e circunstâncias que o acompanham: as dinâmicas e sistemas culturais de legitimação, a construção de discursos ideológicos e sua expressão simbólica, os métodos e práticas administrativas, os instrumentos legislativos, as instituições públicas, privadas e suas interações no âmago da política. Âmbito em que os consensos e conflitos são a lógica em seus planos de projeção, legitimidade e permanência no poder.

Como sabemos, o poder legitima-se na conquista de corações e mentes, ou seja, do imaginário social e, sejam regimes democráticos ou não, do déspota ao “homem do povo” (eleito pelas urnas) sempre se procura justificar o poder.⁴ Além disso, mais do que o imponderável fator simbólico, que é o elemento sutil que remete a sentimentos de determinado grupo ou sociedade, o patrimônio se insere em relações de poder econômico muito significativas; é nesta dimensão que geralmente localiza-se o lócus onde está a gênese dos conflitos de interesses; mais do que remeter somente a valores abstratos, a patrimonialização vem acompanhada de visibilidade política para seus agentes, a expectativa de incentivos, isenções e

⁴ Ou seja, a procura de legitimidade é válida para qualquer regime e mesmo os “democráticos” buscam em seu discurso oficial “sugerir” uma versão da realidade das políticas públicas. Este é um departamento estratégico de governo, tanto que há profissionais especificamente destinados e capacitados para tal função, sem falar no significativo orçamento destinado a propaganda oficial, excetuando-se as de utilidade pública, pelos governos, que muitas vezes superam as verbas destinadas a investimentos em setores essenciais, mas sem muita visibilidade política, como o de saneamento básico por exemplo. Vide os orçamentos oficiais para os dois setores.

investimentos, sejam estatais ou privados. Nesse ínterim, é estabelecido um sistema de relações objetivas e muitas vezes subjetivas entre agentes públicos e privados, que longe de atenderem somente a demandas sociais, satisfazem interesses determinados.

Em síntese, o processo de patrimonialização é um juízo de valor, é uma escolha que *remetendo ao passado atende a interesses contemporâneos visando expectativas futuras*.

Dito isto, o patrimônio, mais do que proposição de bem comum, é campo de circunscrição de julgamentos, nos quais se descrevem, se analisam, se cruzam experiências e expectativas nas quais diferentes grupos sociais procuram se caracterizar no tempo. Campo onde se compõem e se manifestam protagonistas de representações de idéias, sistemas de valor e formas de comportamento. Apesar de toda modernidade e sua inerente complexidade científica, tecnológica e social, a validade da reprodução da idéia de *legado* continua mais contemporânea do que nunca. Geralmente é neste sentido que o patrimônio é entendido no senso comum⁵. Duclos (*Apud PRATS, 1997*)⁶ salienta que como ponto de referência está idéia tem sido para nós uma verdadeira necessidade. Esta palavra aparece com muita freqüência nos discursos atuais, e tudo o que nos rodeia, do individual ao coletivo, do concreto ao intangível, pode converter-se prontamente em patrimônio. Segundo o autor, a razão para esta expansão semântica é bem conhecida. O “fantasma” da ruptura e da desordem que as excessivamente rápidas mudanças contemporâneas provocam tem conduzido nossas sociedades a buscar no patrimônio um “refúgio compensatório”.⁷ Por isso, “a sociedade demanda as instituições que assumam em seu nome transmissões que já não são operativas, que reconheçam, preservem e defendam tudo aquilo cujo desaparecimento pode a médio e longo prazo ‘ameaçar sua existência’,⁸ ou seja, seus entornos naturais e culturais, suas identidades e valores” (*Apud PRATS, 1997, p. 6*). No entanto, como toda abstração, ou seja,

⁵ Aqui entendido como saber informal - hábitos, costumes, práticas e proposições sobre a realidade das coisas - que advém não só de experiências sociais cotidianas, quase que consuetudinariamente, mas também, na era moderna, dos meios de comunicação de massa; em outras palavras, pode ser compreendido como o conhecimento vulgar, sabido, popular, informal das coisas, geralmente acrítico e que é variável de acordo com a sociedade em questão.

⁶ DUCLOS, Jean-Claude. Prólogo. *Apud Prats, 1997*:

⁷ O autor faz referência a esta proposição como sendo de Pierre de Nora, *Le Monde*, 1996. *Apud Prats, 1997: 06*.

⁸ Grifos meus.

concepção mental subjetiva, o patrimônio é um investimento ideológico, que em seu processo de construção, legitimação e transmissão, não dispensa um investimento sócio-político progressivo e constante para perpetuar-se de forma duradoura no tempo. Em sua perpetuação, a cooptação e mobilização social, mais do que providenciais, são indispensáveis.

O patrimônio, sendo um expediente que atua diretamente nos imaginários sociais, deve ser encarado como um objeto de estudo importante para a história, para a antropologia e para as ciências sociais. Cabe as ciências humanas apontar os paradoxos das ações de agentes públicos e privados que detém o poder de arbitrá-lo como bem do conjunto social, pelo seu potencial apelo popular, uso político e econômico. Baczko (1985) nos lembra que as ciências humanas há pouco tempo (décadas) começaram a reconhecer, senão a descobrir, as funções múltiplas e complexas que competem ao imaginário na vida coletiva e, em especial, no exercício do poder; colocaram em destaque o fato de qualquer poder, designadamente o poder político, se rodear de representações coletivas. Para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico.

2.1 Patrimônio: campo de práticas e disputas simbólicas

No campo acadêmico, têm sido freqüentes os debates sobre os significados e a relevância do conceito de patrimônio. Diferentes perspectivas advêm, sobretudo, porque trabalhar com esta temática nos coloca diante de um debate interdisciplinar cujas questões são inerentes a um conjunto de definições que estão referenciadas simultaneamente com a história, com a sociologia e com a antropologia social. Hobsbawm, a propósito de seu clássico - *A invenção das tradições*⁹ – observa: “[...] uma vez estabelecida à preponderância das tradições inventadas ‘comunitárias’, resta-nos investigar qual seria sua natureza. Com o auxílio da antropologia, poderemos elucidar as diferenças que porventura existam entre as práticas inventadas e os velhos costumes tradicionais” (1997, p. 18). Sem dúvida, a antropologia nos proporciona reflexões importantes sobre o ecossistema no qual está inserido o patrimônio. Cabe ressaltar que para os propósitos deste trabalho –

⁹ Em co-autoria.

patrimônio – é entendido não somente como bens tombados oficialmente pelo Estado, mas também os bens concebidos como objeto de *dar-se a ver* em espaço público e que por meio de agentes sociais com os mais variados interesses são investidos sentidos ao objeto que o conotem como expressão de uma referência comum, seja ligado a um sentimento que remeta a uma memória e identidade coletiva, seja como legado material de toda sociedade.

Sendo assim, neste tópico será feito uma aproximação teórico-conceitual do conceito de patrimônio e seus fundamentos, tendo como suporte Llorenç Prats (1997), antropólogo atuante em políticas patrimoniais que se propõem a analisar os componentes, as contradições, as fraquezas e as potencialidades dos processos de patrimonialização das últimas décadas. A pertinência de sua análise consiste na sua proposta de apontar o patrimônio a partir de um contexto intelectual mais amplo, ou seja, abstraindo-se seu caráter de objeto, interessando as idéias, valores e interesses que o arranjam.

Prats (1997), antes de tudo, parte do pressuposto que o patrimônio é uma construção social, um artifício, idealizado por alguém (ou em decurso de algum processo coletivo), em algum lugar e momento, para uns determinados fins, e implica, finalmente, que é ou pode ser historicamente mutável, de acordo com novos critérios ou interesses que determinem novos fins em novas circunstâncias, e enfatiza o uso muito freqüente nas últimas décadas do conceito de invenção do patrimônio. Para o autor, ambos os conceitos, construção social e invenção, lhe parecem úteis para explicar processos de construção patrimonial, embora não os julgue intercambiáveis, já que estas formulações básicas requerem algumas precisões metodológicas.

Para Prats, a construção social da realidade não pode ser entendida em nenhum caso sem a intervenção de uma *hegemonia* social e cultural.¹⁰ Já a invenção da realidade não se refere única e exclusivamente a *elementos*, mas também, e principalmente, a *composições*, cujos elementos podem ter sido extraídos inalterados da realidade, porém cuja localização em um novo contexto contribui para criar uma nova realidade, com outro sentido. Para o autor, invenção e construção social não lhe parecem processos antagônicos, e sim, fases complementares de um mesmo processo. A invenção se refere, sobretudo, a

¹⁰ Os grifos são meus.

processos pessoais e conscientes de manipulação, enquanto a construção social se associa principalmente com processos inconscientes e impessoais de legitimação. Em qualquer dos casos, a invenção, para se *consolidar e perpetuar* precisa necessariamente “*converter-se*” em construção social, ou seja, alcançar um mínimo de *consenso* (PRATS, 1997, p. 20-21). Para o autor, os parâmetros que definem o que atualmente entendemos por patrimônio não é seu caráter básico de construção social (ou invenção legitimada) nem sua suposta genealogia. O “fator determinante é seu caráter simbólico, sua capacidade para representar simbolicamente uma identidade. Isto se explica como e porque se mobilizam recursos para conservá-lo e expô-lo.” (PRATS, 1997, p. 22 – Grifos do autor).

A origem de patrimônio, em sua acepção contemporânea e seu processo de construção, não lhe parece distinta de processos de representação e legitimação simbólica das ideologias. A este respeito enfatiza que:

El proceso en sí consiste en la legitimación de unos referentes simbólicos a partir de unas fuentes de autoridad (de sacralidad si se prefiere) extraculturales, esenciales y, por tanto, inmutables. Al confluir estas fuentes de sacralidad en elementos culturales (materiales o inmateriales) asociados con una identidad dada y unas determinadas ideas y valores, dicha identidad y las ideas y valores asociados a los elementos culturales que la representan, así como el discurso que la yuxtaposición de un conjunto de elementos de esta naturaleza genera (o refuerza), adquieren asimismo un carácter sacralizado y, aparentemente, esencial e inmutable (PRATS, 1997, p. 22).

Estes critérios de legitimação extracultural - a natureza, a história e a inspiração criativa¹² - foram fixados pelo romantismo, uma vez que participavam de um princípio de universalidade. Para Prats, estes três critérios são como os lados de um triângulo dentro do qual se integram os elementos potencialmente patrimoniáveis¹³ em um contexto dinâmico de inclusão e exclusão consideravelmente rígido. O conteúdo desse triângulo se constitui em um caldo¹⁴ virtual de referências simbólicas patrimoniais e para constituírem-se em patrimônio (repertórios patrimoniais) devem ser ativados (1997, p. 27). Para o autor, os

¹² O gênio, a excepcionalidade cultural, a individualidade que transcende as regras e capacidades culturais comuns, ou seja, o desafio a uma ordem social que se baseia na homogeneização dos indivíduos, e, portanto, afirma a força do indivíduo além dos limites culturais (Prats, 1997:23).

¹³ Qualquer coisa material ou imaterial procedente da natureza, da história ou da inspiração criativa.

¹⁴ Prats usa a palavra em língua inglesa *pool* que significa poça, poço, ou tanque (Dicionário Oxford Escolar, 2004); chamarei de “caldo”.

critérios que definem o triângulo delimitador do “caldo” são muito firmes e estáveis; não crê que outros critérios como a obsolescência (perda de funcionalidade), a escassez ou a nobreza, intervenham na delimitação do que é ou não patrimonializável;¹⁵ assim, em seu entendimento, estes três outros critérios, mais do que explicar as ativações patrimoniais, necessitam eles mesmos serem explicados, seguramente como meras proeminências da interação dos critérios básicos¹⁶ e dos inconstantes valores hegemônicos (1997, p. 28). Por outro lado, ao tempo em que estes critérios básicos são firmes e estáveis, também são flexíveis e permeáveis em seus pormenores particulares já que dependem de discernimento em sua avaliação e muitos fatores podem intervir nesse processo; no entanto, esta dependência não implica em alteração de sua rigidez fundamental.

A dependência de discernimento a que me refiro correlata-se a afirmação de Prats que a eficácia simbólica depende de muitos fatores, entre os quais estão à contextualização dos símbolos em prática e o nível de consenso que satisfaçam como referências e significados. Justamente, a densidade de atributos e significados é um dos fatores chave. A este respeito o autor destaca que:

La principal virtualidad de un símbolo es sua capacidad para expresar de una forma sintética y emocionalmente efectiva una relación entre ideas y valores. Dicho de otra forma, el símbolo tiene la capacidad de transformar las concepciones y creencias en emociones, de encarnarse, y de condensarlas y hacerlas, por tanto, mucho más intensas. Esa capacidad de condensación y emotividad se reforzada cuando se da, además, una condensación de los atributos que los legitiman (en este caso, como sabemos, la naturaleza, la historia y la inspiración creativa). (PRATS, 1997, p. 29)

Para Prats, os patrimônios realmente existentes são repertórios ativados de referências patrimoniais procedentes do “caldo” e, a princípio, por versões ideológicas de identidade; esta última, do tipo que seja, é também uma construção

¹⁵ Por mais que possam empreender campanhas de “urgência” diante do risco de desaparecimento de determinados elementos, o qual não invalida que seu caráter de referência simbólica patrimonial venha determinado, não pela urgência, mas por critérios anteriores; a escassez tão pouco é um critério autônomo, mas que depende, por uma parte, de sua pertinência a respeito dos critérios básicos adotados; em relação à nobreza, não se discute a pertinência patrimonial de um monumento histórico, obra de arte ou de algum objeto cujo valor não seja duvidoso (como os escatológicos), mas de uma “nobreza percebida” que tem mais a ver com os valores sociais hegemônicos do que com a essência dos elementos, sempre dentro dos critérios básicos estabelecidos (Prats, 1997:27-28).

¹⁶ Natureza, história e inspiração criativa.

social e um feito dinâmico, embora com um razoável nível de fixação e perduração (no sentido que traz uma idéia de continuidade), e que toda formulação da identidade é unicamente uma versão dessa identidade, um conteúdo outorgado a uma determinada etiqueta. Podem coexistir, e de fato coexistem normalmente, distintas versões de uma mesma identidade, que habitualmente se articulam em relações de complementaridade ou oposição, embora também possam se ignorar. O autor entende que:

Toda versión de una identidad, se exprese como se exprese, es ideológica, pues responde a unas ideas y unos valores previos, normalmente subsidiarios de unos determinados intereses, o, si una formulación tan mecanicista resulta molesta al lector, que en cualquier versión de la identidad se establece por lo menos una relación dialéctica entre la realidad, las ideas y los valores, y los intereses de quienes la propugnan y comparten. El patrimonio, o mejor dicho, las diversas activaciones de determinados referentes patrimoniales, son representaciones simbólicas de estas versiones de la identidad, ya que ésta no es únicamente algo que se lleva dentro y se siente, sino también se debe expresar públicamente (PRATS, 1997, p. 31).

Essas afirmações corroboram os desígnios conceituais anteriores do autor que enfatizam que toda a construção patrimonial é uma representação simbólica de uma dada versão da identidade, de uma identidade manufaturada pelo presente que a idealiza. Assim sendo, o patrimônio cultural compreenderá então todos aqueles elementos que fundam a identidade de um grupo e que o diferenciam dos demais. Neste sentido, o elemento determinante que define o conceito de patrimônio é a sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade, resignada na correlação entre idéias e valores. Seguindo o raciocínio, e remetendo a Geertz,¹⁷ o autor destaca que a coerência entre valores¹⁸ e idéias¹⁹ se dá de tal forma que o primeiro parece emanar diretamente do segundo e ser sua mera consequência, enquanto que, por lógica correspondência, as idéias aparecem como completamente coerentes com os valores, e tudo isso como imaculado reflexo da realidade, na qual intervêm os princípios legitimadores que sempre correspondem a

¹⁷ GEERTZ, Clifford. *La interpretación de las culturas*. México: Gedisa, 1987. Apud Prats, 1997, p. 32.

¹⁸ "Ethos" no modelo de Geertz, termo muitas vezes genérico que podemos entender como o caráter cultural e social de um grupo ou sociedade. Seria, grosso modo, uma espécie de síntese dos costumes de um povo; na proposta do autor refere-se à religião.

¹⁹ "Visão de mundo" no modelo de Geertz.

interesses determinados (PRATS, 1997). Arrematando estas premissas, enfatiza que a correlação entre interesses, valores e situações históricas sujeitas a alterações permitem entender as ativações patrimoniais como estratégias políticas que articulam discursos que dependem dos referenciais escolhidos, dos significados e da importância relativa que se vinculam a estes referenciais, de sua inter-relação (forma como se integram), do contexto, um processo que não é isento de disputas e está suscetível a “manejos” que determinam seu resultado. Neste ponto, o autor critica o conceito de “sujeito coletivo”, a sociedade que se representa a si mesma, que se contempla ou que se “pensa”, ou seja, a “sociedade” como ativadora dos repertórios patrimoniais. Como sabemos, a patrimonialização advém de escolhas, juízos de valor elaborados por agentes conscientes a serviço de idéias e interesses concretos, tão hipotéticos ou legítimos, como se queiram, porém reais. Prats observa que:

En un plano abstracto podríamos decir que estos repertorios pueden ser activados por cualquier agente social interesado en proponer una versión de la identidad y recabar adhesiones para la misma. Ya en el plano de la realidad social, debemos decir que, en todo caso, no activa quien quiere, sino quien puede. Es decir, en primer lugar, los poderes constituidos. El poder político fundamentalmente, los gobiernos locales, regionales, nacionales (1997, p. 33).

De fato, sem o selo estatal que confere a guarda pública, em nome da sociedade, dos bens materiais (e ultimamente também imateriais) que nos dão “existência coletiva”, a defesa das “essências do nosso passado” não é viabilizada, salvo raras exceções. A este respeito o autor citado observa que os repertórios patrimoniais também podem ser ativados a partir da sociedade civil, por agentes sociais diversos – ou mediadores culturais, como alguns preferem – embora, para terem êxito sempre necessitarão do suporte, ou, quando menos, o beneplácito do poder, sem o qual não há patrimônio; sua eficácia relativa pode ser medida pela quantidade e qualidade das adesões resultantes, adesões que, por sua vez, legitimam sistemas, políticas, estados das coisas e ações concretas (PRATS, 1997, p. 35). No entanto, o autor ressalta que a ativação de repertórios patrimoniais não é, evidentemente, nem o único, nem o principal procedimento de representação simbólica da identidade. Há símbolos políticos e culturais (que também só existem socialmente na medida em que são ativados) que somente a partir de proposições

distorcidas poderíamos considerar patrimoniais. Desse ponto de vista, a eficácia simbólica, ou seja, a quantidade e qualidade de adesões, os símbolos políticos²⁰ ocupam o lugar principal.

Diante do quadro exposto também devemos enfatizar que o patrimônio, na medida em que pretende representar uma identidade, constitui um campo de confrontação simbólica inevitável, tanto entre as distintas versões que por ventura possam ser concorrentes, como no âmbito das disputas externas, simbólicas e físicas, entre grupos sociais. Prats observa, remetendo a Frigolé,²¹ que o investimento simbólico também é uma maneira de transformar a realidade. As distintas versões da identidade, patrimoniais ou não, os distintos símbolos e suas distintas atribuições de significados se articulam, se complementam, se contradizem e competem entre si (Prats, 1997, p. 38). Além disso, cabe a observação que no âmbito do patrimônio, os conflitos simbólicos são com frequência bem claros desde que os referenciais patrimoniais tenham um suporte material.

Após esta síntese da essência da análise de Prats sobre alguns dos conceitos referidos ao patrimônio tal como o entendem na atualidade, delineados os espaços de influência do patrimônio, o modo como é instrumentalizado e tendo em vista que as políticas patrimoniais têm como foco de ação o imaginário social, passamos nossa atenção para dois casos que, embora tenham suas singularidades e estejam separados por mais três décadas, tem fundamentos que os ligam: o monumento a Júlio de Castilhos, criado deliberadamente para relacionar a memória da República e do Patriarca ao presente dos indivíduos, e o monumento ao gaúcho (*O Laçador*), criado posteriormente à construção de determinada estrutura discursiva e simbólica que remete a identidade de todos os rio-grandenses.

Prats já destacara que do monumento, suporte da memória, passamos ao patrimônio, suporte da identidade; a partir dessa premissa o autor fundamentou sua idéia que o patrimônio é atualmente uma representação simbólica da identidade. No entanto, poderíamos dizer que um não tomou o lugar do outro, mas sim, o complementou. Aliás, de certa forma o patrimônio se mimetizou de monumento.

O monumento, inserido no campo do patrimônio, sendo um investimento simbólico que precisa ser “ativado”, mais do que suporte de idéias e valores é um

²⁰ Hinos, bandeiras, armas nacionais, chefes de governo, etc.

²¹ FRIGOLÉ, Joan. *Inversió simbólica i identitat étnica: una aproximació al cas de Catalunya*. Quaderns de l'Institut Català d'Antropologia, n. 1, p. 3-28, 1980 *apud* Prats (1997, p. 38).

posicionamento que põem em evidência tanto uma proposta de evocação quanto o contexto no qual foi idealizado. Sua representação que consiste em uma maneira de ver, uma opinião formulada, muitas vezes é uma das dimensões de disputas culturais que tem fundamento político, ou seja, estão inseridas nas estratégias discursivas dos círculos de poder. Além disso, o patrimônio, no qual estão inseridos os monumentos, não é construído a partir de uma parcialidade isolada, sua concepção dialoga com meio, mesmo que este não o legitime como tal, ou seja, essa idéia também advém da consideração de opiniões contrárias. Alves observa que:

O monumento, a obra pública e a própria obra de arte, se realizam de forma plena “em quem a observa e por meio dela possui acesso ao interior de quem a fez”. A obra de arte contém, no mínimo de sua forma, o máximo de informação sobre o tempo, a pessoa, a sociedade que lhe deu origem formal e prolongaram a sua existência na longa duração. (2004, p. 5 – grifos do autor).

Os dois monumentos históricos em questão, patrimônio público, foram “ativados” tendo como foco um imaginário que remete diretamente a identidade, fator de coesão, espaço referencial que oferece aos grupos sociais os meios para o auto-reconhecimento, a perpetuação, a sua projeção no futuro. Com efeito, a partir da criação de um sistema cultural constituído como patrimônio histórico que os fundamenta e confere sentido, demarcando representações e práticas com as quais procuraram legislar sobre o imaginário social.

Como sabemos, o imaginário atua no campo da representação e se manifesta através de imagens e discursos delimitando uma realidade, possuindo tanto atribuições simbólicas como ideológicas.

Sendo assim, na relação infinita entre representação e linguagem (discurso) deve ser ponderada a impossibilidade de fracionamento de um no outro. Sigo a o axioma de Foucault:

Por mais o que se diga o que se vê, o que se vê não se aloja jamais no que se diz, e por mais que se faça ver o que se está dizendo por imagens, representações, metáforas, comparações, o lugar onde estas cintilam não é aquele que os olhos mostram, mas aquele que as sucessões de sintaxe definem (1995, p. 25).

Dito isto, começamos com uma conjuntura específica: a construção de um arcabouço simbólico institucional para a República no Brasil, tanto no nível nacional, quanto regional, com o intuito de legitimá-la no imaginário social, dentro um amplo espectro de atuação rumo a “ordem e progresso” e que se insere no âmbito da construção de uma nova memória coletiva que contribuiu significativamente para consolidar a nova ordem dirigente constituída.

3 O IMAGINÁRIO POSITIVISTA

Na implantação da República no Brasil o papel dos positivistas foi decisivo. E, como recorrente naquela época, salvo alguns privilegiados, talvez, de fato, somente os protagonistas do evento, a República emerge de forma abrupta e inesperada; tanto que seus incentivadores, em um quadro no qual o arranjo – Império/imperador - estava há décadas consolidado no imaginário popular²², passaram, a partir do dia 16 de novembro de 1889 a ter que pensar muita seriamente e o mais rápido possível em um problema de complicada solução: proclamamos a República e agora? Como legitimá-la?

Em uma tentativa muito profícua no sentido de desmistificar como foi possível e bem sucedida esta empreitada, José Murilo de Carvalho, em *A Formação das Almas* (1998), faz um panorama do complexo de representações dos positivistas e sua atuação no movimento republicano brasileiro. Segundo o autor, quase sempre, novos atores políticos investem em tentativas de legitimação que justifiquem suas políticas, se não perante a totalidade da população, pelos menos diante dos setores politicamente mobilizados; o instrumento clássico de legitimação de regimes políticos modernos é, naturalmente, a ideologia, a justificação racional da organização do poder. Embora fundamentalmente de natureza discursiva, as justificativas ideológicas possuíam também elementos que extravasavam o meramente discursivo, o cientificamente demonstrável. Compartilhando estas propriedades com outras vertentes do republicanismo nacional, os positivistas, em seu “modelo de república, supunham uma organização da sociedade que trazia embutido aspectos utópicos e visionários” (1998, p. 9).

No caso do positivismo no Brasil, essa ideologia quando proposta para fora do fechado círculo das elites educadas, em defesa de um envolvimento popular na vida política, seja pelo próprio conteúdo do discurso, seja pelos elementos utópicos, não poderia ser transmitida por meio do discurso, inacessível a um público com baixo nível de educação formal. Sua projeção teria de ser feita “mediante sinais mais universais, de leitura mais fácil, como as imagens, as alegorias, os símbolos, os mitos.” (1998, p. 10). O autor destaca que “a manipulação do imaginário social é

²² Talvez Canudos (1896-1897) seja o exemplo mais marcante do impacto do rompimento desta idéia no imaginário popular, visto que uma das motivações de Antônio Conselheiro foi a sua não aceitação do novo regime, sobretudo a separação entre o Estado e a Igreja.

particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas” e que nas disputas pelo poder na recém proclamada República brasileira houve uma “batalha ideológica e política em torno da imagem do novo regime, cuja finalidade era atingir o imaginário popular para recriá-lo dentro dos valores republicanos” (1998, p. 10-11).

Nesse contexto destacaram-se os positivistas ortodoxos, grupo ligado a IPB – Igreja Positivista do Brasil -, que foram muito atuantes na construção do imaginário republicano no Brasil. Segundo Carvalho, “portadores de uma visão de mundo integrada, que incluía um código operacional e uma tática política bem definida, os ortodoxos foram os que melhor entenderam a importância da manipulação simbólica na reconstrução do imaginário social” (1998, p. 15). Com efeito, não só intervinham nos temas de cunho cívico-simbólico, mas legislativamente, tentando influenciar o perfil do regime republicano que se implantava no país.

Leal, que a propósito de sua tese²³ analisa a produção de arte positivista no Brasil do século 21 até os anos 30 do século 20, considerando as negociações entre encomendantes e artistas em relação a sua composição, destaca três importantes aspectos apresentados por Carvalho:

1- Os grupos políticos mobilizados pela República no Brasil eram variados e em embate, inclusive com diferentes tipos de positivistas, e suas atividades militantes não se davam somente via textos, mas também no âmbito da produção de imagens. [...] assim como não havia unanimidade nas estratégias políticas, nem nas doutrinas assumidas, não havia nas imagens produzidas. 2 – Os positivistas da IPB eram militantes políticos estrategicamente organizados; não era um grupo incoerente de fanáticos [...]. 3 – Na batalha simbólica republicana, somente alguns heróis venceram, e isto variou conforme o grupo. A produção de imagens se voltou para estes heróis. No grupo dos positivistas, somente algumas figuras se destacaram e tiveram suas imagens produzidas para propaganda. O grupo, mesmo que não uníssono, ao qual pertencem os encomendantes²⁴, ajuda a definir o caráter positivista ou não de uma imagem. Portanto, não é qualquer imagem que tem aspectos do positivismo e não é qualquer encomendante que lhe dá este caráter (2006, p. 25-26).

O papel dos positivistas ligados a IPB, destacado pelos dois autores foi importante porque os “ortodoxos” foram o grupo mais ativo no que diz respeito à

²³ Orientada por José Murilo de Carvalho.

²⁴ A autora destaca que havia três tipos de encomendantes: a IPB, militares e o governo do Rio Grande do Sul.

tentativa de tornar a República um regime não só aceito como também dileto pela população. Com este intuito instrumentalizaram-se da palavra escrita e dos símbolos cívicos. Mesmo sendo simpatizantes das “ciências positivas” com seu objetivismo utilitarista do fim último da ciência na visão comtiana, os positivistas não se abstiveram de recorrer a práticas subjetivas ou irracionais como os mitos, símbolos e alegorias para legitimar suas práticas e disputas pelo poder. Estas características “sutis” foram incorporadas a doutrina na fase “cotildeana” de Comte, em que o “mestre dos mestres”²⁵ (VILLARES, 1922, p. 45) desenvolveu os elementos utópicos e religiosos de seu pensamento. Carvalho observa que:

Em vez de uma simples filosofia ou filosofia da história, o positivismo comtiano evolui na direção de uma religião da humanidade, com sua teologia, seus rituais, sua hagiografia. Pretendendo ser uma concepção laica, fundia o religioso com o cívico, ou melhor, o cívico se tornava religioso. Os santos da nova religião eram os grandes homens da humanidade, os rituais eram festas cívicas, a teologia era sua filosofia e sua política, os novos sacerdotes eram os positivistas (1998, p. 130)

No entanto, embora os ortodoxos salientassem os aspectos religiosos e ritualísticos da doutrina, praticavam esta ortodoxia com finalidades políticas e pragmaticamente, observando que da elite aos extratos mais populares, passando pela classe média, o catolicismo era uma religião tradicional e amplamente difundida em todo país, os ortodoxos, buscando a adesão dos grupos médios e o respeito do grande público, procuraram aproveitar esse substrato, até porque, Comte já salientara que entre os católicos se encontravam os ouvintes mais receptivos. Desse modo, a partir de sua visão estratégica e a energia de apóstolos no emprego de símbolos e imagens que promovessem a sensibilização cívica, (Carvalho, 1998) construíram e consolidaram um imaginário positivista da República no Brasil.

A partir deste embasamento simbólico institucionalizado em nível federal com a construção de um panteão cívico e a promoção de culto a heróis nacionais “recém saídos da forma”, festas, cortejos cívicos nos feriados nacionais e toda sorte de uma produção de imagens vinculadas à República para legitimar o novo regime perante a sociedade, foi mais fácil infundir nos estados um ideário republicano ligado ao

²⁵ Júlio de Castilhos em carta à Devoção do Menino Deus, irmandade cristã de Porto Alegre, sem data. *Apud* GONÇALVES, Carlos Torres; VILLARES, Décio. *O Monumento a Júlio de Castilhos inaugurado a 25 de janeiro de 1913*. Porto Alegre: Edição do Governo do Estado, 1922, p. 45.

contexto local, que em alguns casos, não só complementaram, mas até quase rivalizaram com o nacional.

4 O PRR E SEU PATRONO

Com a proclamação da República no Brasil ascende ao poder no Rio Grande do Sul o PRR (Partido Republicano Rio-Grandense) como oposição às velhas práticas coronelísticas do Partido Liberal da época do Império e implementa um governo baseado na impositiva ideologia positivista, adaptada ao contexto local.

Com a consolidação do PRR no poder após a Revolução Federalista de 1893, fruto da disputa fratricida com a oposição dos federalistas a Constituição de 14 de julho de 1891, Júlio de Castilhos, líder máximo do partido, tomou as rédeas do governo com um discurso autoritário e moralizador. Visando a implantação da ditadura científica positivista no Estado, Castilhos enfatizava que a consolidação da ordem social estava vinculada a aceitação e cumprimento da Carta de 1891.

Ao esse tempo, também era importante por em prática mecanismos que justifiquem essa nova prática política, se não perante a totalidade da sociedade, pelo menos perante a elite e os setores médios. Com esse objetivo político, a conquista dos corações e mentes sulistas teria que ser feita de forma sutil para não transparecer imperativa em um contexto de forte polarização política. Assim, também a nível regional, se recorreram a mitos, alegorias, imagens e analogias na busca de legitimação do novo regime no estado, não somente por consonância ao discurso federal, mas também em virtude da recente e sangrenta Revolução Federalista. A nova norma coletiva necessitava ser sustentada não só pelo discurso, mas também através de meios que a identificassem com a ordem institucional vigente e que transparecesse um conjunto de princípios não só aceito pela sociedade como também teria que ser de fácil assimilação.

Neste contexto, os governos do PRR foram típicos usuários positivistas de subterfúgios simbólicos, sobretudo na construção da imagem do seu regime e nos seus embates ideológicos e políticos. Dentro dessa lógica, os positivistas rio-grandenses também se empenharam continuamente na construção de um imaginário que os legitimasse e, por meio deste, visando atingir seus objetivos políticos presentes, procuraram significar sua identidade, adjetivar seus inimigos, reordenar o seu passado, o passado regional, visando atingir um futuro determinado: um “Tempo de Ouro” que a doutrina comtiana interpretava como um arquétipo, um modelo de natureza transcendente em que a essência e o princípio explicativo para todos os objetos da realidade material da teoria positivista se aplicassem e no qual a

organização social atingiria sua etapa final da “evolução”.

Sendo assim, nas circunstâncias regionais do Rio Grande do Sul, em busca da disseminação de sua ideologia, os fundamentos do discurso e da propaganda política do PRR evidenciam as características e as utilidades da mitologia e simbologia do sistema político positivista na construção de uma imagem do Partido Republicano e da idealização de valores e indivíduos considerados modelos da humanidade. Ciente de sua missão, o discurso castilhista defendia com muita persistência um objetivo específico: a consolidação de uma nova ordem social e política com o Brasil republicano. Nesse ínterim, buscou-se identificar Júlio de Castilhos, sua obra-prima: a Constituição de 1891 e o PRR como os guardiões do mais legítimo republicanismo, pela “ordem e progresso”, em prol do interesse coletivo.

4.1 Do Mito do Gaúcho e da Revolução ao Mito do Patriarca

Como vimos no tópico anterior, desde o tempo em que era o líder máximo do PRR, Júlio de Castilhos era associado como o grande arquiteto do republicanismo regional e, embora fosse um paralelo do republicanismo da esfera federal, os militantes do PRR e da IPB no Rio Grande do Sul possuíam suas idiossincrasias positivistas e não dispensaram o uso de adaptações locais de sua doutrina em uma política de auto-consagração com o uso recorrente de sistemas simbólicos e representações específicas para o contexto regional.

Os positivistas do PRR, sobretudo os ligados a IPB, tinham noção que toda a estrutura política construída em torno do partido e seus líderes necessitavam de mecanismos que a formalizasse, explicasse, legitimasse ideologicamente, e, se quisessem garantir sua eficácia como tal, deveriam penetrar o máximo possível no tecido social. Sendo assim, as obras de matiz positivista eram inseridas no contexto urbano não só com intuito de incentivarem o apoio ao desenvolvimento científico, tecnológico e industrial do Estado, mas também como objetos de educação cívica conforme as diretrizes da nova organização social desejada pelos positivistas.

Enquanto o “Tempo de Ouro” dos comtianos não chegasse, além de símbolos e alegorias também foram criadas festas cívicas e datas comemorativas organizadas por instituições que atuavam fazendo propaganda para o regime.

Instituições como o *Grêmio Gaúcho de Tradição*, criado em 1898 e, inclusive a Força Policial (Brigada Militar) eram usadas com estes propósitos. O *Grêmio Gaúcho*, particularmente, contribuía com o incentivo a práticas do culto cívico “a memória dos grandes homens públicos que prestavam serviços notáveis à Pátria”²⁶, exemplos de ordem moral republicana, nas quais a data da Proclamação da República e o 20 de setembro tinham destaque.

É importante assinalar que a apropriação positivista do significado da Revolução Farroupilha foi de cunho estratégico, já que a partir de uma recomposição do passado que Albeche (1996) chama de “tradição reordenada”²⁷ o castilhismo se apresentava como um continuador do legado de 1835. A respeito da Revolução, muito presente na memória histórica regional, Albeche enfatiza que:

A propaganda republicana utilizou a Revolução Farroupilha como modelo do qual poder-se-ia retirar as melhores regras de conduta moral a serem transmitidas às gerações presentes e futuras, pois compreender a moral representava ter conduta cívica. Júlio de Castilhos e o PRR passaram a ser o elo legítimo dos ideais de 1835, reinterpretando assim, o núcleo simbólico de um Tempo de Ouro pela idealização de uma tradição reordenada (1996, p. 57).

A ligação entre o republicanismo do PRR e o ideário da Revolução de 1835 foi um subterfúgio muito ardiloso já que procurava estabelecer um elo entre o regime vigente e o evento histórico mais significativo no imaginário social regional.²⁸ Pollak nos auxilia na compreensão deste significado destacando que:

²⁶ *A Federação*. Porto Alegre, 26 setembro de 1910.

²⁷ Uma reinterpretação tendenciosa e de matiz política da figura do gaúcho e da Revolução Farroupilha através da literatura e da historiográfica de meados do final do século XIX que durante todo o período da república Velha.

²⁸ Subterfúgio também utilizado pela oposição, o Partido Federalista e seu Líder Gaspar Silveira Martins como destaca Félix: Ambos, Júlio e Gaspar, mesmo desenvolvendo propostas diferentes para a organização político-jurídico-institucional do RS e de seu relacionamento com o centro, com o poder estabelecido no Rio de Janeiro, de forma apenas aparentemente paradoxal, apresentavam-se como herdeiros do mesmo passado glorioso onde buscavam a identificação de sua gauchidade: a Revolução Farroupilha de 1835. Nela procuram seu elo de identidade, o que é particularmente vital em momentos de crise, do nível existencial ao social (1995: 12). Esta referência foi utilizada, sobretudo na tentativa de associação com Garibaldi e Bento Gonçalves, ou seja, identificando os sentimentos da glória de 1835 com a necessária glória de 1889 e 1893-5 reunida nos líderes heroicizados – Júlio de Castilhos como “guardião da república” e Gaspar Martins como “guardião da liberdade”, em disputa pela apropriação do imaginário regional farroupilha (Félix, 1995: 21-22).

É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase herdada [...] podem existir acontecimentos regionais que traumatizam tanto, marcaram tanto uma região ou grupo, que sua memória poder ser transmitida ao longo de séculos com altíssimo grau de identificação (1992, p. 202).

Fazendo uma analogia, este processo de “reordenamento da tradição” é o que Pollak chama de “enquadramento da memória” ao enfatizar que:

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro (1989, p. 11).

Este seria o caso da tentativa do PRR em vincular-se atavicamente a Revolução Farroupilha. Com efeito, além do discurso, o partido incluiu o pavilhão Farroupilha na bandeira oficial do Rio Grande do Sul: República Rio-Grandense, Vinte de Setembro de 1835 e seu lema: “Liberdade, Igualdade e Humanidade” e instituiu 20 de setembro como data comemorativa republicana. Carvalho nos auxilia na compreensão deste estratagema em sua proposição que indica que:

A criação de um mito de origem é um fenômeno universal que se verifica não só em regimes políticos mas também em nações, povos, tribos, cidades. Com freqüência disfarçado de historiografia, ou talvez indissolúvelmente nela enredado, o mito de origem procura estabelecer uma versão dos fatos, real ou imaginada, que dará sentido e legitimidade à situação vencedora. No caso da criação de novos regimes, o mito estabelecerá a verdade da solução vencedora contra as forças do passado ou da oposição. Se não são abertamente distorcidos, os fatos adquirirão, na versão mitificada, dimensões apropriadas à transmissão da idéia de desejabilidade e de superioridade da nova situação. A mesma distorção sofrerão as personagens envolvidas (1998, p. 13-14).

Conscientes da importância do evento Farroupilha, os militantes do PRR idealizaram um mito em torno de Júlio de Castilhos como o agente que ativou os velhos ideais de 35 ao estabelecer e organizar a República no Rio Grande do Sul. Dentro desta “reordenação da tradição” presente no imaginário social regional, Albeche enfatiza que “[...] conforme o discurso, o herói Castilhos reata o fio da

história, pois é representado como consolidador dos ideais, antes adormecidos, da Epopéia Farroupilha. Desta maneira justificavam a homogeneização social, o fim coletivo e a ‘cientificidade’ dos princípios dos princípios republicanos.” (1996, p. 12-13).

Como vemos, o subterfúgio histórico será utilizado na legitimação da permanência da ordem dirigente regional. A este respeito Milliet observa que:

Para justificar o presente, recorre-se ao passado. Na formação do imaginário republicano, as bandeiras, hinos, estátuas, quadros, monumentos e cerimônias oficiais constituem a exterioridade, a forma visível do esforço para dotar a nova ordem política de lastro histórico. Era preciso encontrar heróis e episódios emblemáticos a fim de, a partir da origem, fornecer o fio condutor da história da República (2001, p. 18-19).

Inicialmente nosso herói foi o gaúcho, como veremos mais especificamente no tópico sobre a literatura e a historiografia de meados do final do século 19 e as primeiras décadas do 20, e o nosso episódio emblemático foi a Revolução Farroupilha. Com efeito, houve uma preocupação por parte do PRR em se construir um herói para o novo regime. Carvalho nos lembra que:

Heróis são símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos. Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico. Em alguns, os heróis surgiram quase espontaneamente das lutas que precederam a nova ordem das coisas. Em outros, de menor profundidade popular, foi necessário maior esforço na escolha e na promoção da figura do herói. É exatamente nesses últimos casos que o herói é mais importante. A falta de envolvimento real do povo na implantação do regime leva à tentativa de compensação, por meio da mobilização simbólica. (1998, p. 55).

Se o PRR teve que inicialmente procurar heróis para o regime republicano regional a morte prematura de Júlio de Castilhos em 24 de outubro de 1903 fez com que o culto ao herói se direcione à sua pessoa. Se antes Castilhos era identificado como um grande mentor intelectual, sobretudo pela Constituição de 1891, agora ele passa a ser tratado como um “além homem”,²⁹ uma “entidade” que merecia

²⁹ Salvo as devidas proporções com a proposição de Friedrich Nietzsche.

devoção, glorificação. Com sua morte Júlio de Castilhos passa corresponder um arquétipo das aspirações coletivas, refletir uma personalidade, um modelo de comportamento que equivalia a tudo o que era mais coletivamente valorizado, pelo positivismo, é claro.

Nesse íterim, de acordo com a doutrina positivista de reverência ao passado em que a história é resultado do efeito acumulativo das ações dos grandes homens, exemplos para a humanidade, e, repetindo o clássico axioma positivista, sempre enfatizado, “Os vivos são sempre, e cada vez mais, governados necessariamente pelos mortos”, Castilhos surge como o grande Patriarca, sacralizado herói salvador, protetor. Neste sentido, como nos lembra Félix, na transição do século 19 para o 20, há um universo mental dominado pela euforia da crença no progresso e em heróis que o desencadeariam, simbolizando a metáfora da humanidade (1998, p. 145). A história nessa compreensão se faz por grandes líderes, agentes condutores do conjunto social. Para Pesavento, segundo a orientação positivista da história:

Esta não surge como um processo, uma construção do “homem social” interagindo, mas como uma seqüência ordenada de episódios explicáveis através da ação de indivíduos predestinados. Neste ponto é que é que o relato positivista se mescla com a tendência idealista do herói da história. As personagens destacadas são apresentadas como exemplo de virtudes, virtudes estas exigidas pela moral positivista da época, para a qual o bom governante era aquele que devia praticar a “sã política, filha da moral e da razão”. Borges e Castilhos, no caso, são apresentados então como exemplo de dedicação ao cargo, sem dele nada usufruírem em troca (1996, p. 83 – grifos da autora).

Ao tempo que identificava e simboliza a identidade de seus simpatizantes, também definia seus opositores. Pollack, a partir de seu conceito de “enquadramento da memória”³⁰ observa que:

³⁰ Segundo o autor, “o estudo das memórias coletivas fortemente constituídas, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc.” (POLLACK, 1989, p. 7).

A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum. Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referência (1989, p. 07).

Os positivistas tinham consciência que a gestão da memória era um componente indispensável à sua vida política e com o manejo pelas elites letradas de repertórios simbólicos que impregnassem e regessem o conjunto vida social, convergiam para a legitimação da ideologia de Estado positivista e de seus simpatizantes.

No entanto, essa reinterpretação do passado que é reconstruído com fins políticos e que deve ser justificada para que tenha êxito, exige uma credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos. Segundo Pollack:

Toda organização política veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma. Ela não pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento, se os aderentes não puderem mais se reconhecer na nova imagem, nas novas interpretações de seu passado individual e no de sua organização. O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo (1989, p. 10).

Pollack (1989) também destaca que esse trabalho de enquadramento da memória tem seus atores profissionalizados, profissionais da história das diferentes organizações de que são membros, clubes e células de reflexão. Com efeito, como veremos sucintamente no próximo tópico, o PPR procurou através de instituições especializadas embasar o mito e a legitimidade do castilhismo.

Com a morte do Patriarca, os positivistas rio-grandenses ganharam um herói com o qual podiam relacionar-se diretamente e de acordo com o discurso castilhista, a glorificação de Júlio de Castilhos, tornava-o um guia imortal devendo ficar sempre presente na lembrança de todos os “bons republicanos”, pois seus atos, nome, procedimentos, decisões, foram modelares e sem mácula (Albeche, 1996, p. 68).

Seu sucessor Borges de Medeiros, junto com a elite intelectual ligada ao PRR, seriam os únicos capazes de proporcionar a verdadeira liberdade e justiça, pois estavam em consonância com os princípios capazes de promover a “Ordem e o

Progresso”. O castilhismo seria o regime da virtude e da moral pública e privada. Nesse ínterim, para legitimar os cinco mandatos de governo de Borges de Medeiros, seu séquito passou a apresentá-lo como portador de todas as virtudes sociais e políticas do Patriarca e continuador da sua obra. No discurso do PRR:

[...] o discípulo Borges de Medeiros representava o elo de continuação do regime de sabedoria, moralidade e educação cívica inaugurado pelo Patriarca, pois os republicanos, seguindo o pensamento de Comte de “Viver às Claras”³¹, pregavam pela necessidade de se continuar com um governo inquestionável e incontestável (Albeche, 1996, p. 77 – grifos do autor).

Assim, desde o fatídico outubro de 1903, foram organizados continuamente eventos em memória Patriarca: discursos, poemas, procissões ao seu túmulo, principalmente nas datas cívicas, efemérides republicanas e nos dias de seu nascimento e morte. A este respeito, Albeche (1996) destaca que as romarias ao túmulo de Castilhos faziam parte da glorificação do herói e foram constantes durante o governo de Borges de Medeiros. Essas peregrinações eram organizadas com objetivo de lembrar os atos e os ensinamentos de Castilhos na condução da obra republicana, exemplo para o presente e para as gerações futuras e, mais do que um ato de reverência, era uma ação de educação cívica.

A idealização de Júlio de Castilhos reproduzia o que os positivistas ligados ao PRR pensavam e esperavam que se relacionassem a sua realidade sócio-política, a partir de uma interpretação sincrética da doutrina comtiana que visava atingir fins determinados: propagandear a ditadura científica positivista como governo puro, leal e honesto; indicar o PRR como único partido político guardião da verdade e do conhecimento; eliminar a oposição política e aplicar a Constituição de 14 de julho como norma coletiva (Albeche, 1996).

4.2 A Federação e o Museu Júlio de Castilhos como Instrumentos Estratégicos de Promoção do Castilhismo

Após a prematura morte de Júlio de Castilhos em 24 de outubro de 1903 o PRR passou a utilizar todos os recursos materiais e discursivos disponíveis visando

³¹ *A Federação*. Porto Alegre, 24 de outubro de 1912.

sua mitificação. Particularmente, o periódico *A Federação*, “Orgam”³² oficial do PRR, foi bastante utilizado a serviço dos interesses políticos do partido na construção do mito em torno do Patriarca e de sua identificação com o ideal republicano. Com efeito, o discurso do jornal, enquanto politicamente militante e disposto a impor a verdade e a justiça produzida dentro do quadro institucional, foi marcado pela polêmica com a imprensa da oposição³³ que contestava a legitimidade do PRR e de Júlio de Castilhos.

Félix (1998) demonstra em sua análise do periódico *A Federação*, o uso de intensos recursos discursivos na construção do mito em torno de Júlio de Castilhos em que é enfatizada a sua importância na construção da República no Rio Grande do Sul, sua “performance carismática e sua passagem à história como patriarca e mentor de todo republicanismo” (1998: 141). Neste processo, a autora também destaca o reforço que representava a imprensa oficial do PRR e seu papel de inculcar proposições que simbolizassem a legitimidade e a unidade do partido no imaginário social, em uma conjuntura de, justamente, crise de legitimidade desta orientação republicana. Através da imprensa o PRR operacionalizou o “uso intenso dos recursos da construção mítica no processo de heroicização de Júlio de Castilhos” e a “manipulação voluntária”, pela qual sua memória como presidente do Estado e chefe do partido, era tomada como encarnação do papel de “herói salvador, de protetor, referência de identidade e mito”³⁴ (1998, p. 146).

Nedel (1999) demonstra que além de seu órgão de imprensa oficial, *A Federação*, o PRR também se utilizou do Museu Júlio de Castilhos (MJC) como instrumento estratégico de promoção do Castilhismo. O MJC, criado na capital em 1903 como Museu do Estado, em homenagem ao patrono do PRR,³⁵ teve sua estrutura otimizada para a criação de um arcabouço institucional para a cultura rio-grandense com o intuito de criar uma memória regional associada ao republicanismo positivista, na tentativa de impor o seu projeto de memória coletiva.

³² Cabeçalho de *A Federação*.

³³ ²³ *A Reforma* (Porto Alegre), *O Echo do Sul* (Rio Grande), *O Rio Grande* (Rio Grande), *O Canabarro* (Rivera), dentre outros (FÉLIX, 1993, p. 158).

³⁴ Interessante destacar que após sua morte o periódico fez o uso constante do pronome ele, grifado em maiúscula, substituindo o nome próprio de Júlio de Castilhos, aumentando a percepção de um ser distante, um longe/perto, presença que se manifesta mesmo sem ser vista, criando um clima de misticismo e religiosidade, uma aura de sacralidade como plano de fundo para o político (FÉLIX, 1998, p. 150).

³⁵ Sua sede desde 1905 é o sobrado onde morou Júlio de Castilhos de 1898 a 1903, ano de sua morte.

Em sua sede atuavam os intelectuais regionalistas do Estado que estavam estreitamente relacionados à institucionalização do comtismo à moda castilhistas. Nedel enfatiza que:

A consolidação de Castilhos como autoridade última em matéria doutrinária do PRR, além de funcionar como um mecanismo ativo no processo de burocratização implantado no partido a partir de 1904, teria oportunizado a tutela e proteção do Estado ao positivismo, aumentando em muito seu potencial de disseminação por outras esferas da vida social e possibilitando sua utilização como um discurso fundador a justificar a ordem constitucional positivista (1999, p. 82).

No que tange ao aparecimento de sua atividade historiográfica, partilhada com a seção histórica do Arquivo Público,³⁶ e considerando a significação social dessa atividade, o museu teve inicialmente um discurso que desempenhou uma função estratégica de legitimação das elites políticas estaduais. A cultura documentária praticada pelos letrados e correligionários do PRR ao longo dos sucessivos mandatos de Borges de Medeiros manipulava uma série de personagens e eventos que, envoltos em uma série de distinções e deslocados da periferia para o centro dos debates cívicos, constituíam a tradição como arma político-partidária. Neste sentido, a memória foi um instrumento constantemente utilizado nos embates que cercavam os rumos do governo positivista no Estado, e a criação de um dispositivo governamental de gestão da cultura coincidiu com esse processo. De fato, a partir de postulados positivistas e dos paradigmas cientificistas do século 19 (sobretudo o darwinismo e o spencerismo) adaptados ao contexto local, os historiadores e políticos ligados ao PRR utilizavam estas teorias para “[...] sustentar a inevitabilidade do sistema republicano e sua natural afinidade com a cultura, o passado, o meio geográfico e a estrutura social do Rio Grande”³⁷ (NEDEL,

³⁶ Cabe ressaltar que dentro da visão documentária positivista do PRR foi criado também o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), instituição que junto com o MJC teve como um de seus objetivos registrar e implementar a pesquisa histórica no Estado. Com este intuito, “em 8 de março de 1906, pelo Decreto 876, o então presidente do Estado, Antônio Augusto Borges de Medeiros, determinou a criação do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, compondo a Repartição de Arquivo Público, Estatística e Biblioteca do Estado do Rio Grande do Sul, subordinada à Secretaria do Interior e Exterior. Entre 1908 e 1910, tiveram início as obras que hoje configura o Prédio I. Dois anos depois, em 18 de novembro de 1912, o prédio foi concluído, estando assim, pronto para receber os documentos”. Disponível em: < <http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php?menu=historico> >. Acesso em: 27 outubro 2008.

³⁷ BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, J., GONZAGA, S., (Org.). RS: Cultura e ideologia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 50-51 *apud* Nedel, 1999, p. 83.

1999, p. 83).

Na associação de seu Patriarca como o grande arquiteto do republicanismo, a construção de um aparato institucional foi um ardiloso estratagema empregado nos conflitos inerentes a projetos republicanos antagônicos no Estado, sobretudo na consolidação da ordem constitucional baseada na Carta de 1891 e foi uma das dimensões do processo de construção do mito castilhista.

Mais do que somente estabelecer e legitimar as relações de poder do *statu quo* Borgista, estes instrumentos institucionais visavam celebrar o positivismo, o PRR, seus líderes, contribuindo para a sua glória. Através destes subterfúgios os comitistas rendiam homenagem a si mesmos, se convertendo nos principais instigadores de um “culto” em que eram simultaneamente sujeitos e objetos.

Sem dúvida, as iniciativas do PRR em prol da imposição de uma visão dos acontecimentos regionais e da promoção do castilhismo foram significativas e são, sem dúvida, um elemento importante da perenidade do governo positivista de Borges de Medeiros que durou nada menos que 30 anos.³⁸ E mais significativas ainda se pensarmos a permanência e influência de estruturas institucionais criadas pelo partido mesmo após o último governo positivista na sociedade do Rio Grande do Sul.

4.3 O Monumento ao Patriarca

Desde seus primeiros governos o PRR buscou implementar de modo sutil, através da arquitetura dos prédios públicos, obras de matiz positivista na capital. No entanto, como destaca Doberstein, a estética positivista não era tão rígida e inflexível como os métodos do PRR para conquistar e conservar seu poder (1992, p. 6). Com efeito, era dinâmica e sincrética, sobretudo porque, como destaca o autor, a ideologia quando em contato com a realidade se flexibiliza deixa em segundo plano sua suposta rigidez ou imutabilidade.

Como já enfatizado nos tópicos anteriores, os positivistas eram muito suscetíveis a reverenciarem a República e seus expoentes em um loquaz

³⁸ Como é sabido o governo de Carlos Barbosa Gonçalves (1909-1913) foi um mero subterfúgio diante do conflito com a oposição, de fato, quem governava era Borges de Medeiros.

espetáculo de auto-consagração. No entanto, após uma primeira fase em que foi feito um investimento simbólico no gaúcho e na Revolução Farroupilha como mito e evento emblemático regional aos quais o PRR procurou de associar-se, com a prematura morte de Júlio de Castilhos em 24 de outubro de 1903, o líder do PRR passa ao primeiro plano simbólico de reverência.

Após a “transformação subjetiva” (VILLARES, 1922, p. 19) de Júlio de Castilhos, e sua transmutação em um herói, modelo de vida pública e privada, era necessário corresponder à predestinação de sua imortalidade; suas idéias e princípios deveriam ser preservados no imaginário social. De acordo com estas demandas, dois dias após o falecimento do Patriarca, 26 de outubro, em sessão extraordinária da Assembléia de Representantes, foi apresentada e discutida a forma de homenagem que “o Rio Grande do Sul” prestaria à memória de Júlio de Castilhos. De acordo com *A Federação* de 24 de janeiro de 1913:³⁹

Ficou decidido pelo “levantamento de um monumento no santo lugar em que repousar o seu sagrado corpo e a ereção, na Praça Marechal Deodoro, de uma estátua que traduza o reconhecimento público dos contemporâneos pelo gênio político e civismo rio-grandense que inigualavelmente sintetizou, bem como relembrar à posteridade a gratidão republicana a sempre gratidão” (ALVES, 2004, p. 101 – Grifos do autor).

Em 17 de novembro de 1903, a comissão de orçamento da Assembléia⁴⁰ apresentou seu parecer sobre a proposta, acompanhado de um projeto-de-lei da receita e despesa do Estado para 1904, com a devida previsão dos gastos públicos com as homenagens. Aprovada a lei, foram autorizados os monumentos e um retrato de Júlio de Castilhos para ser colocado na sala das sessões da Assembléia.

O monumento ficou a cargo de Décio Villares, artista convertido à estética positivista, que se dizia adepto a doutrina comtiana e era reconhecido por seus pares como artista positivista (LEAL, 2006). A ligação de Villares com membros da IPB de Porto Alegre lhe garantiu a indicação para esta encomenda.

Em fins de 1903 o artista chegou a Porto Alegre, já com os esboços dos dois monumentos. Apesar de terem sido expostas maquetes em vitrines de lojas da Rua dos Andradas para que a população conhecesse os monumentos (ALVES, 2004)

³⁹ A reportagem destacava o histórico do monumento.

⁴⁰ Uma das únicas atribuições efetivas da Assembléia era deliberar sobre o orçamento, de acordo

parece que ele não foi bem compreendido devido à complexidade e novidade de sua concepção.

Adiado o início das obras por diversas vezes, o projeto ia sofrendo modificações de várias de suas partes, entre as quais uma cobra foi substituída por um dragão. Estas modificações aconteciam, sobretudo porque a obra estava sujeita a acordos políticos, arranjos administrativos, lobbies legislativos que interferiam na confecção das imagens. Leal destaca que:

Baseados nos princípios de arte positivista, os líderes positivistas intervieram informalmente na concepção das obras com a imagem de Júlio de Castilhos. Os membros gaúchos da IPB mantinham seus diretores religiosos continuamente informados por carta sobre o andamento dos trabalhos de Villares; afinal, integravam a Secretaria⁴¹ responsável por sua execução (2006, p. 252).

Nesse meio tempo, Villares ficou temporariamente fixado em Porto Alegre enquanto supervisionava a instalação de pedestais com bustos de Castilhos pelo interior do Estado. Havia o plano de instalar bustos em cada um dos 67 municípios rio-grandenses, idéia que posteriormente foi cancelado já que cada município teria que arcar com as despesas do seu, um custo bastante alto para época, a despeito da suposta austeridade com recursos públicos do governo positivista (DOBERSTEIN, 1992).

Finalmente, em 27 de julho de 1910, são iniciados os trabalhos de embasamento sob os cuidados da Secretaria de Obras Públicas (SOP) do Estado, com sua pedra fundamento sendo lançada em “20 de setembro” do mesmo ano. Os trabalhos de cantaria ficaram a cargo da Casa Aloys (firma da capital especializada em granito e grés) e suas esculturas foram modeladas e fundidas em bronze⁴² na França. Após vários contratempos, o monumento é inaugurado em 25 de janeiro de 1913.

Inaugurado, toda a Praça Marechal Deodoro, assim como o Palácio Piratini, a Assembléia, o Superior Tribunal e a antiga igreja Matriz - os 4 poderes⁴³ - pareciam

com as propostas do Executivo, a quem, de fato, competia legislar.

⁴¹ SOP - Secretaria de Obras Públicas do Estado.

⁴² Nas escadarias de acesso ao monumento há duas estatuas de cães que, no entanto, foram fundidas em ferro. Para Alves (2004, p. 55) são sentinelas que possivelmente simbolizem a *atenção* e a *vigilância*.

⁴³ Poderes laicos: Executivo (Palácio Piratini), Legislativo (Assembléia, posteriormente Palácio Farroupilha), Judiciário (Superior Tribunal, posteriormente pelo Palácio da Justiça e pelo Palácio do Ministério Público) e o eclesiástico (antiga igreja Matriz de Nossa Senhora Madre de Deus,

convergir para o monumento que no início do século 20 podia ser visto por quem chegava à cidade pelo cais do porto.

A propósito da inauguração e da dificuldade dos expectadores em geral interpretarem os significados do conjunto da obra, o governo do Estado distribuiu um livreto com explicações de Décio Villares⁴⁴ sobre o “monumento cívico” em que o artista destaca que:

Tendo de representar a vida de Júlio de Castilhos nas três fases indicadas⁴⁵, o artista não podia realizá-lo senão mediante alegorias apropriadas a caracterizar a ação de cada uma, com grau de importância respectiva, e predominando naturalmente, como a mais decisiva e gloriosa, a da organização política, da qual resultou a **Constituição de 14 de Julho**. A estátua da República devia dominar tudo, como símbolo dos ideais que resume a política moderna, - de liberdade, paz e fraternidade. Também não podia deixar de figurar, o entusiasmo do povo rio-grandense pela causa republicana⁴⁷. Além disso, era preciso recordar os antecedentes políticos resumidos em Tiradentes e José Bonifácio. E ainda, por um lado, exprimir a dependência da organização autônoma do Rio Grande do Sul a proclamação da República, e, por outro, a evolução ocidental, resumida na Revolução Francesa (1922, p. 20-21 – Grifos do autor).

A orientação de representar as fases da vida de Castilhos foi feita por Borges de Medeiros e os demais elementos que compõem o monumento foram criações do artista, orientado pelos positivistas da IPB (LEAL, 2006). Como vemos, o monumento, mais do que uma homenagem a um passado glorioso tinha implicações para presente político. Carvalho destaca que:

posteriormente pela Catedral Metropolitana). Obs.: De fato, o Legislativo só deliberava sobre o orçamento encaminhado pelo Executivo e o Judiciário tinha seus quadros nomeados por esse Poder.

⁴⁴ Segundo Leal (2006), este texto, publicado em 1913, escrito por Décio Villares em co-autoria com o positivista gaúcho Carlos Torres Gonçalves da Capela Positivista de Porto Alegre para explicar o monumento a Júlio de Castilhos, no qual sintetizam as noções de estética comtiana, é o único em que o artista expõe sua visão a respeito da arte e sua iniciação artística sob inspiração do positivismo. Neste trabalho o mesmo foi utilizado como fonte primária em uma edição lançada pelo Governo do Estado em 1922, Comemorativa do Centenário da Independência

⁴⁵ A da propaganda, a da organização e a fase posterior a sua “retirada do Governo”.

⁴⁷ O “gaúcho” do monumento.

Segundo a estética positivista, a imaginação artística deve ter por inspiração o sentimento, por base a razão, e por fim a ação. Isso significa que ela não poderia afastar-se da realidade definida pela ciência, ao mesmo tempo em que devia buscar afetar a política, mediante a idealização dos valores e das pessoas consideradas modelos para a humanidade (1998, p. 132).

Deste modo, como podemos perceber, o monumento foi idealizado como um altar cívico público; representa uma verdadeira “odisséia republicana” que vai da Revolução Francesa à Proclamação da República no Brasil chegando ao Rio Grande do Sul na figura de Júlio de Castilhos, precursor da defesa cívica do ideal republicano positivista e, a despeito de homenagear o Patriarca, tinha uma clara mensagem política à oposição ao governo, muito resistente a Carta de 1891.

A concepção do monumento procurou ilustrar o pensamento político de Júlio de Castilhos e sua grande obra: a Constituição de 1891. Nesta idealização da vida de Castilhos em três momentos temos: a fase da propaganda republicana (uma alegoria de Castilhos jovem, com um exemplar de *A Federação*, representando a “demolição da Monarquia”, o esforço de Castilhos no combate ao antigo regime), a fase da organização do governo positivista no Estado (Castilhos como era fisicamente, sentando segurando uma obra de Comte em posição de que esta prestes a se levantar e agir: “como tipo eminentemente prático, que não tem doutrinas a construir, mas doutrina a escolher”) que Villares descreve como “a glorificação da fase principal do Estadista está realizada na face para o Norte, oferecendo a frente a quem sobe a ladeira que conduz da Rua dos Andradas, a principal da cidade, à Praça Marechal Deodoro, sede do monumento” (VILLARES, 1922, p. 22) e a fase pós-governo (uma alegoria representando Castilhos como um velho experiente, sábio e conselheiro, “a quem os anos não conseguem quebrantar, resistindo através dos séculos a ação do tempo”). No topo da pirâmide esta a alegoria a *República* e na órbita do Patriarca se encontram as que representam todas suas virtudes: a *Coragem*, a *Prudência*, a *Firmeza*, o *Civismo* sustentando o pavilhão nacional logo acima de Castilhos e a sua frente *os perigos* (um dragão simbolizando a oposição).

A despeito do suposto pensamento individualista e autoritário da doutrina positivista que teria levado seus artistas a uma constante glorificação de suas lideranças, Leal destaca que:

No entanto, a proposta comtiana é baseada no passado e na coletividade, abrindo brechas para a exaltação de homens que contribuíram para a evolução social humana. Não são suas características individuais ou as de sua personalidade que o definem como exemplo, mas sua obra à coletividade humana é que determina se merece ser imortalizado em obras de arte. Portanto, características como individualismo e autoritarismo, geralmente apontadas ao castilhismo, não são propriamente comtianas, mas mostram como o positivismo foi apropriado pela elite dirigente gaúcha (2006, p. 17).

Como sabemos, Castilhos contribui com a coletividade regional através da consolidação do mais “legítimo republicanismo” e com a Constituição de 1891. Leal (2006) também observa que para o positivismo as obras não tinham valor em si (estético, nem pecuniário), somente valor prático de adoração doméstica ou cívica, pois a arte positivista era narrativa e em homenagem a alguém, tanto no culto doméstico, quanto no culto público em que as atividades se voltavam para as grandes figuras históricas. Acrescenta ainda que:

O objetivo básico das artes para o positivismo é mobilizar os sentimentos, e, para isso, o recurso é justamente um espetáculo de cores e formas e a abundância visual associada à loquacidade retórica. O positivismo tem aspectos racionais, científicos, sistêmicos, mas também tem características que visam ao subjetivo e ao emocional (Leal, 2006, p. 28).

Esta afirmação é corroborada por Villares que enfatiza que em relação ao conjunto da escultura, que idealiza a vida e obra de Castilhos, “cabe ao público, e especialmente ao futuro, dizer em que grau conseguiu ele corresponder ao problema que teve diante de si, - o de concorrer, através da arte, para o desenvolvimento dos sentimentos cívicos” (VILLARES, 1922, p. 28). O autor sintetiza o significado de sua obra afirmando que:

Como se vê, essa idealização constitui um monumento na acepção exata e ampla do termo, e não simplesmente uma estátua. A vida do estadista aí glorificada no meio em que ele viveu, com os antecedentes que a tornaram possível e ao mesmo tempo com a formulação dos votos e disposições que ela é apropriada a inspirar a todos os *verdadeiros republicanos*.⁴⁸ Saindo do Passado, cumpre a cada estadista preparar o Futuro, através do presente, em que exerce a sua ação (1922, p. 28-29).

⁴⁸ Grifo meu.

Como podemos observar, mais uma vez é ressaltado neste livreto, que foi distribuído por ocasião da inauguração da obra, o caráter político do monumento, bem como o axioma positivista de linearidade da história que, através do positivismo, pode chegar a um “Tempo de Ouro”.

Por outro lado, em uma tentativa de mobilizar sentimentos ligando o monumento a “terra rio-grandense” e enfatizar a “base social” do castilhismo, o monumento tem adstrito em seu flanco direito um “popular gaúcho a cavalo”⁴⁹ que Décio Villares destaca:

[...] e para significar que na consecução do bem o estadista precisa contar com a força numérica, isto é, com o prestígio popular, o artista incorporou ao monumento, na face posterior, o tipo popular **Gaúcho**, figurado em um jovem cavalheiro, como convém à encarnação das esperanças do futuro. O jovem gaúcho é representado no monumento em que faz esbarrar o animal que trazia a desfilada, pisando um solo onde se distinguem a caveira de um animal bovino e um arado, em sinal das duas principais indústrias rio-grandenses – momento esse em que, firmando-se nos estribos ergue o chapéu num entusiástico viva à República (Villares, 1922, p. 24-25 – Grifo do autor).

Esta “representação simbólica do prestígio popular” da República e de Júlio de Castilhos apresenta um “gaúcho republicano”. A este respeito Albeche destaca que:

O gaúcho do discurso da norma coletiva republicana é o da tradição reordenada. O arquétipo de civismo, bravura, honra, justiça e liberdade de um tempo de glórias que o herói Júlio de Castilhos soube reviver com a implantação da ditadura científica positivista (1996, p. 81).

Nesse sentido, na simbologia positivista, eram com estas qualidades que o gaúcho inseria-se na “tradição reordenada” da qual os republicanos do PRR diziam-se continuadores. “O gaúcho tornou-se arquétipo de civismo, patriotismo, coragem, lealdade, bravura, justiça, ordem e moralidade que contradizem o gaúcho real” (ALBECHÉ, 1996, p. 82). No entanto, apesar de ser representado no monumento ao Patriarca, o “gaúcho” foi estrategicamente posto no monumento em posição que não eclipsasse a figura principal, Júlio de Castilhos, até porque, além de sua pouca

⁴⁹ Esta foi a primeira escultura pública a representar o “gaúcho” no Rio Grande do Sul.

representatividade na consolidação da República no Rio Grande do Sul, o “gaúcho” não se enquadrava no modelo social positivista no qual o herói Júlio de Castilhos era o expoente da evolução.

A este respeito, além de ser interessante a figura do gaúcho a cavalo ser colocada no monumento com a intenção de apelo popular já que era normalmente associada ao setor pecuarista e monarquista, Leal destaca que:

[...] ele está separado das demais figuras, solitário, e não pode ser visto quando o monumento é olhado de frente, onde predominam apenas as alegorias que caracterizam a vida e as virtudes de Castilhos. A disposição da figura com relação ao núcleo escultórico central não é aleatória. O gaúcho a cavalo, mesmo sendo republicano, está em oposição a Castilhos. Por outro lado, a imagem do gaúcho, que busca o apelo popular, está voltada para a praça, espaço do lúdico, enquanto a frente do monumento está voltada para a rua (2006, p. 261).

Com efeito, apesar dos detalhes e de todo seu caráter ideológico positivista, o monumento tinha que evidenciar, mesmo que em segundo plano, o discurso que desde a Revolução Federalista procurou ligar o PRR ao ideário farroupilha que, salvo seus expoentes líderes, tinha na figura do “gaúcho genérico” um símbolo relativamente bem valorizado na “tradição reordenada” que procurou até a morte de Castilhos legitimar o partido e, também, porque havia em seus quadros pecuaristas e dissidentes cooptados da campanha que o apoiavam. Como já observado por Pollak⁵¹, no trabalho de “enquadramento da memória”, o PRR não poderia dissociar-se do antigo imaginário que procurou associar-se sob o risco de alguns de seus aderentes não poderem mais se reconhecerem na complexa e nova concepção da imagem do regime que ficaria demasiadamente monopolizada nas interpretações que o vinculassem somente ao republicanismo; as idéias e valores que foram associadas inicialmente a Júlio de Castilhos e ao PRR não poderiam estar muito distanciadas do pensamento social sob pena de perder sua efetividade e debilitarem sua identificação simbólica.

⁵¹ Ver tópico: Do Mito do gaúcho e da revolução ao mito do Patriarca.

5 A MIMESE DO GAÚCHO: a literatura engajada e o sectarismo historiográfico⁵²

Como vimos no tópico anterior, a imagem do gaúcho foi explorada pelos republicanos ligados ao PRR inserindo-o em uma tradição reordenada por intelectuais ligados a ordem vigente, maculando-o como arquétipo de civismo, patriotismo, coragem, lealdade, bravura, justiça, ordem e moralidade que contradizem o gaúcho real. No entanto, o uso do gaúcho pelos positivistas foi calculado para que, ao tempo, que representasse este agente social remetendo a elite pecuarista, não fizesse concorrência, e sim, complementasse, os mitos republicanos, sobretudo o do Patriarca Júlio de Castilhos.

A exploração da imagem do gaúcho explicasse pelo fato de o Rio Grande do Sul, durante a República Velha Gaúcha, ter nos proprietários de terra, pecuaristas e charqueadores a sua classe dominante, que possuía a primazia na economia estadual, assim como a proeminência da direção ideológica, cultural e política da sociedade. Pesavento nos indica que os partidos políticos constituídos no Estado eram de conotação tipicamente oligárquica; apesar de propor um “desenvolvimento econômico global”, o republicanismo sulino de feição positivista e autoritária beneficiava mais a pecuária do que qualquer outro setor, realizando um equilíbrio entre consenso e coerção (1996, p. 65-66). No entanto, embora dominantes, os pecuaristas não estavam em consonância nas esferas do poder da República Rio-Grandense, dividindo-se entre a situação (PRR) e a oposição (Federalistas, sobretudo). Na busca de angariar apoio e legitimação, não só entre cooptados e dissidentes do bastião oposicionista, como também nos setores comerciais, industriais e de classe média⁵³, a ordem dominante utilizou-se dos intelectuais.

Pesavento (1996) ainda destaca que a intelectualidade gaúcha da Primeira República esteve a serviço dos setores rurais pecuaristas com o propósito de legitimar e justificar a predominância e hegemonia deste segmento social, e que estes intelectuais foram eficazes na elaboração de uma ideologia que difundisse os valores fundamentais destinados a perpetuar, no contexto regional, a circunstância

⁵² Pesavento (1996) define a historiografia gaúcha durante a República Velha como marcada pelo sectarismo, ou seja, pelo seu engajamento nas disputas políticas republicanas regionais.

⁵³ Segundo Pesavento, “[...] no que toca às classes subalternas, a ação da classe dominante era no sentido de neutralizá-las, mascarando a situação de dominação” (1996, p. 66).

preeminente da elite dirigente, tanto no âmbito estrutural quanto superestrutural.⁵⁴

O positivismo, devidamente adaptado para o contexto político gaúcho, cumpriu uma função especial neste sentido ao instrumentalizar teoricamente e metodologicamente o PRR no seu processo de delimitação de um sistema de alianças que expandia a sua base social. De fato, ao tempo em que flamulava seu projeto de “desenvolvimento econômico global e auto-suficiência econômica” para os demais setores não pecuaristas, buscava aliciar a classe média com sua aparente austeridade e moralismo, quiçá uma lugar na burocracia do Estado, ao tempo que mantinha sobre “controle” as camadas populares.

Nesse ínterim, a produção literária engajada, ou regionalista, paralela a uma historiografia sectarista, foram construtoras de um imaginário sobre o homem regional no qual é mitificado o gaúcho. Gomes,⁵⁵ remetendo a precedentes do século 19, observa:

[...] de modo que a História forneceu os subsídios necessários à fabricação do estilo rio-grandense de ser e à literatura coube forjar um caráter, um comportamento e um nome, num processo contínuo de construção cultural, que aderiu de tal modo ao imaginário social, que hoje é praticamente impensável outra denominação aos habitantes do Rio Grande do Sul, que não seja a de gaúchos (2006, p. 6).

De fato, inicialmente de conotação pejorativa, a acepção “gaúcho” passa a ser lentamente ressemantizado como tipo social a partir da segunda metade do século 19; apropriado e reelaborado durante a República Velha consolida-se como o mais representativo agente social da cultura regional. Albeche observa que “[...] a história quando relacionada com a elaboração da criação literária vincula-se a tentativa de reconstruir a história das mentalidades, onde qualquer vestígio material ou intelectual é reflexo de uma estrutura mental” (1996, p. 07). Na linha deste vínculo entre história, literatura e imaginário, Milliet,⁵⁶ nos lembra que:

⁵⁴ Partidos políticos, hegemonia, ideologia, historiografia.

⁵⁵ Sua dissertação de mestrado tem como foco manifestações literárias sobre o Rio Grande do Sul do século XIX na qual acompanha o percurso dos termos “rio-grandense” e “gaúcho”, principalmente, na Literatura regional e de viagem, buscando observar as alternâncias de sentido nas formas de designar o habitante do Rio Grande do Sul.

⁵⁶ Embora remeta ao mito criado em torno de Tiradentes sua proposição é análoga, em seu sentido, ao caso do gaúcho aqui analisado.

Sobre o terreno fragmentado e movediço da história viceja o imaginário. As lacunas, as incógnitas, as suposições de uma historiografia ainda hoje passível de controvérsia, enfim, toda a incerteza, ao contrário do que poderia supor, facilita a criação do herói ao sabor das necessidades do momento, dos interesses políticos, das motivações ideológicas. Será preciso fazer a crítica dos discursos que *falam* o mito, ocupar-se das representações literárias e visuais para verificar em que medida o texto ou a imagem contribuem para a criação do fato mítico. Importante é revelar o que existe sob sua aparente naturalidade. Isto porque a perversidade do mito não está em deformar o objeto a que se refere, mas em fazer com que a deformação apareça como coisa natural. Tão natural e verdadeira que a invenção pode parecer mais do que o real (2001, p. 16 – Grifo da autora).

Albeche (1996) observa que pela leitura simbólica da imagem do gaúcho podemos identificar diferentes significados do mesmo contexto histórico, no caso a República Velha, e que o significado da imagem do gaúcho para o discurso republicano pertencia à tradição reordenada, tendo como referencial a Revolução Farroupilha. No entanto, longe de ser uma construção simbólica consensual em seu sentido, a autora, em seu estudo sobre a presença do mito do gaúcho nas obras de Alcides Maya e Ramiro Bracellos,⁵⁸ observa que há divergência entre os princípios do discurso republicano positivista e as sugestões expressas na literatura dos autores, visto que “[...] a imagem do gaúcho literário se relaciona à idéia de liberdade, aplicação das leis, moral, justiça e do desenvolvimento material, enquanto que a da norma coletiva republicana cria a utopia industrial onde predomina a organização, o tempo de trabalho, a divisão de tarefa e normas rígidas” (1996, p. 11).

Remetendo a Flores,⁵⁹ Albeche nos indica que o gaúcho histórico, vadio, sujo e errante pertencia a um grupo social marginalizado pela sociedade, assim como o negro e o índio, pois não possuíam propriedade nem cidadania e o emprego dependia do período da safra (1996, p. 41). Além disso, a partir dos relatos de viajantes estrangeiros e da análise do contexto histórico da Revolução Farroupilha, a autora salienta que os qualificativos do núcleo mítico do padrão romântico contradizem o gaúcho real. O suposto processo civilizador e disciplinador atribuído

⁵⁸ Alcides Maya e Ramiro Bracellos foram intelectuais opositoristas do PRR que em suas obras literárias e poéticas questionam a organização e homogeneização social defendida pelos castilhistas. Constroem um gaúcho com relativo livre-arbítrio e determinação pessoal que foge ao “enquadramento” social do cientificismo positivista e de sua visão linear da história.

⁵⁹ FLORES, Moacyr. República Rio-Grandense, Realidade e Utopia. Porto Alegre: Tese de Doutorado PUCRS, 1992 *apud* Albeche, 1996, p. 41.

às estâncias e à origem luso-brasileira (em oposição à castelhana – o “gaucho malo” -) não promoveram a homogeneização social, já que não havia ocupação para todos. Após o voluntariado na Guerra do Paraguai, os cercamentos que limitaram o trânsito pelos campos, aliado ao processo de dinamização e modernização da economia no final do período imperial, além das lutas internas no Estado entre o PRR e os Federalistas que culminam na Revolução de 1893, estes desgarrados tornaram-se agentes sociais obliterados pela dinâmica dos novos tempos. Como já observado por Gomes (2006), as primeiras manifestações do “gauchismo literário” remontam o século 19 e têm seu auge durante o período da República Velha, em que as reinterpretações do núcleo mítico afastam-se do gaúcho real, ou seja, criou-se o mito num contexto histórico em que este agente social já havia desaparecido e que não se adequava a norma coletiva castilhistas (ALBECHE, 1996). De fato, o homem regrado, coletivista e urbano da concepção de “ordem e progresso” positivista, remetia muito mais aos prósperos comerciantes e industriais que ascendiam socialmente tomando posição antes ocupada pelo setor primário, do que a tradicional e refratária elite econômica regional.

Embora este mito tenha sido estruturado com os qualificativos do núcleo simbólico presente em todos os mitos, há diferentes sentidos deste nas obras literárias que o transformam em herói, anti-herói e nas que tem uso político no discurso republicano. Estas imagens representam o que determinados grupos sociais projetavam de sua realidade. De fato, esta não era uma tendência apenas da literatura como observa Pesavento a respeito da historiografia regional durante a Primeira República:

A história, como ciência, se incumbirá de resgatar para a classe dominante o seu passado. Um passado que, necessariamente, a deve nobilitar, exaltar suas virtudes, sua inclinação natural para a ocupação do lugar merecido no topo da estratificação social. Ou ainda a história servirá para registrar o presente, justificando os atos e palavras da classe dominante perante a opinião pública. (1996, p. 67).

Nas disputas políticas pelo poder no Estado, as duas alas antagônicas da política local se utilizam de intelectuais militantes na defesa de seus pontos de vista ideológicos e de uma representação sob medida sobre si mesma, mas que enaltece a mesma lenda:

[...] uma tendência muito difundida pelos intelectuais rio-grandenses foi a da “glorificação do gaúcho”. Esta talvez seja uma das características que melhor expressam a visão que a classe dominante agropecuarista (mais pecuarista do que propriamente agrícola) apresentava de si mesma para a sociedade. Uma das características básicas é o enaltecimento de um passado guerreiro, onde o historiador busca nas lutas fronteiriças com os castelhanos vitórias grandiosas, lances de heroísmo e, dominando o cenário do pampa, “verdadeiro campo de batalha”, encontra-se a figura altaneira, viril e destemida do gaúcho, “centauro dos pampas”, “monarca das coxilhas” (PESAVENTO, 1996, p. 67).

Este gaúcho é libertado de qualquer estigma castelhano, e de lusitanista, no período colonial, passou a lutar pelo Brasil, durante o império, em oposição ao gaucho platino, e mesmo contra durante a epopéia farroupilha, e a seu homônimo situado além da fronteira luso-brasileira são reservados todos os adjetivos pejorativos a que se referia a história.

Dentro desta recomposição do passado, na qual a Revolução Farroupilha tem destaque como uma revolta por justiça contra o despotismo imperial brasileiro, Pesavento destaca que:

Esta visão generaliza a idéia de heroísmo, altivez e honradez para o homem rio-grandense em geral, sem distinção que possa separar senhores de terra e gado de seus peões. Todavia, se se cantam em prosa e verso as virtudes do gaúcho, homem do campo em geral, quando se aponta um exemplo vivo de toda essa glória, ele pertence, sem dúvida, aos elementos ligados à oligarquia rural [...] através desta visão, a classe dominante se apresentava forte, destemida, dotada de alto grau de civismo e desprendimento e, porque não dizer, próxima ao comum do campo. Ideologicamente, esta é a concepção de si própria, parte de sua visão de mundo, que ela busca, através do intelectual, impor sobre a sociedade. Da sua adoção pelo corpo social, generaliza-se o consenso que legitima a hegemonia da classe fundamental, justificando o seu poder (1996, p. 69-70).

Através destas construções narrativas os grupos sociais que compunham a elite dirigente regional se representaram (tanto a situação, quanto a oposição) e fizeram desta realidade formalizada mais um mecanismo em prol de suas respectivas demandas políticas republicanas. No entanto, como destaca Albeche (1996), a representação da imagem do gaúcho na tradição reordenada da ordem positivista não esteve relacionada à mesma finalidade criada pela expressão

literária. A criação do herói Júlio de Castilhos tornou-o símbolo de uma utopia que não se referia ao gaúcho histórico, da mesma forma que as representações das obras literárias que elevam o gaúcho a dimensão de mito, agente perdido no tempo, mas recuperado pelas letras, agora no plano simbólico. É este gaúcho que será apropriado por um movimento que surge após o interregno entre o último governo positivista do Estado e a redemocratização pós-Estado Novo como veremos a seguir.

6 A METAMORFOSE DO GAÚCHO: o movimento tradicionalista

O Rio Grande do Sul, após Revolução de 30, depois de décadas de governos descentralizados política e administrativamente em relação à esfera federal, passou por uma transformação em sua estrutura econômica que implicou na intensificação de uma crise na economia regional, ao tempo em que se consolidava uma nova matriz produtiva (industrial), bem como a expansão do setor comercial, financeiro e de serviços no Estado que vinculou-se de maneira subordinada, periférica, ao contexto nacional. Nesse ínterim, com a superação da dependência econômica do setor primário houve o deslocamento da importância do lócus espacial a partir do qual implicava a hegemonia da elite regional que desde o império dominava a sociedade civil gaúcha.

Conseqüentemente, este novo contexto político e econômico teve reflexo significativo no âmbito cultural, rompendo com a relativa estabilidade do imaginário social anterior ao Estado Novo. Segundo Pesavento:

[...] a ideologia correspondente ao seu predomínio incontestado e ao seu poder de mando deixou de ter funcionalidade orgânica, historicidade. Deixou, pois, de ter sentido a historiografia oficial, e o intelectual, no caso, ficou a representar uma classe dominante e um poder que não mais existem em sua integridade primitiva (1996, p. 86-87).

De fato, com a perda da primazia econômica do setor primário para as dinâmicas áreas industriais, comerciais e financeiras no Estado, foram esvaziadas as bases da hegemonia e do poder político da velha aristocracia rural gaúcha.

A nova conjuntura do final dos anos 40 trouxe novamente a discussão dos paradigmas históricos da relação entre o Rio Grande do Sul e o Brasil, que sempre foram marcados por discursos que variam entre a autonomia ou a integração. Oliven (2006) observa que é em épocas de crise que o regionalismo gaúcho é mais evocado, de acordo com o contexto histórico, político e econômico em questão. Segundo o autor, embora as conjunturas sejam diferentes e a matiz do discurso se modernize, o substrato básico sobre o qual se assentam os discursos sobre o caráter rio-grandense são surpreendentemente semelhantes; enfatizam as peculiaridades do Estado e simultaneamente afirmam seu pertencimento ao Brasil, em uma construção que se constitui em um dos principais suportes da identidade

gaúcha, que é projetada do passado até o presente, informando a ação e criando práticas.

Nesse ínterim o discurso no qual a dialética entre velho e novo, passado e presente, tradição e modernidade, regional e nacional, é bastante suscetível de aparecer nos momentos em que o Rio Grande do Sul passa por mudanças de paradigmas políticos, econômicos e culturais.

Particularmente na questão cultural, a exaltação da temática regional no Rio Grande do Sul remonta o século 19 no qual foram forjadas as primeiras apologias ao homem do pampa, alçado a condição de um herói indelével desde os tempos em que as planuras do “Continente de São Pedro” eram “terra de ninguém”, fronteira móvel entre dois impérios expansionistas, passa pela fase das “guerras platinas brasileiras” e culmina com a Revolução Farroupilha, momento em que todas suas qualidades míticas – honra, defesa da liberdade e igualdade - atingem seu ápice.

No entanto, nem tudo foi somente “letras”. Desde Século 19 houveram intelectuais que procuraram engajar-se de maneira mais empírica pela cultura regional. Do *Partenon Literário*, fundado em 1868 em Porto Alegre por um grupo de literatos que exaltavam a temática regional, ao *Grêmio Gaúcho de Porto Alegre*, criado em 1898 por João Cezimbra, republicano positivista, de fato, a primeira instituição de cunho tradicionalista no Estado, temos precedentes de associações que buscaram explorar a temática regional de maneira mais sistemática, organizando eventos, promoções e comemorações que celebrassem as “coisas do torrão gaúcho”.

Passados vários decênios surge uma nova mobilização em um momento histórico e cultural específico. No final da década de 1940, pós-Segunda Guerra Mundial, o Brasil recebia os primeiros grandes impactos das investidas da indústria cultural americana, no vácuo das transformações sociais, políticas e econômicas do período entre a Revolução de 30 e a primeira metade da década de 40. No contexto do Rio Grande do Sul havia sido rompida a autonomia política estadual e sua estrutura dicotômica⁶⁰ e o reflexo da nova dinâmica social em que um rápido crescimento populacional e urbano se tornavam evidentes, sobretudo na capital, os paradigmas sobre os quais se assentavam a cultura regional passaram a se diluir frente à concorrência do novo e imenso espectro de códigos e padrões que

⁶⁰ Correspondente a polarização política regional entre PRR e Federalistas, embora esta já estivesse em processo de arrefecimento desde a Revolução de 1923.

passaram a difundir-se em um momento em que tanto as antigas mídias, como o rádio e a imprensa, haviam deixado para trás sua fase de explícito engajamento político-partidário, e que começava a surgir a TV, mídia que dominaria o restante do século, passaram a produzir, reproduzir e difundir, em uma alcance sem precedentes, as novas tendências culturais.

Neste contexto, de “degradação cultural”, surge em 24 de abril de 1948 o “35” CTG⁶¹ (35 Centro de Tradições Gaúchas, nome que evoca a Revolução Farroupilha), gênese do MTG (Movimento Tradicionalista Gaúcho),⁶² fundado por estudantes secundaristas⁶³ do Colégio Estadual Júlio de Castilhos de Porto Alegre.⁶⁴ Estes jovens, ao criarem o “35”, tinham inicialmente a idéia de fazer desta associação uma espécie de academia tradicionalista, reunindo um grupo que tinha como intuito “‘reviver a tradição’, e não uma entidade que ‘refletisse sobre ela’. Dentre seus estatutos, o Centro afirmava como uma de suas finalidades - “zelar pelas tradições do Rio Grande do Sul, sua história, suas lendas, canções, costumes etc.” (LESSA, 1995 *apud* OLIVEN, 1991, p. 43).⁶⁵

Justificando-se como movimento em um quadro em que enfatizam o decurso de um processo de depreciação cultural, os tradicionalistas rapidamente conseguiram novos adeptos. No entanto, a despeito da urgência em se tomar atitudes para resguardar e reviver a “tradição gaúcha” em perigo é pertinente lembrar que “coincidentemente”, como já observado por Prys Morgan, “[...] a decadência e a restauração entremeiam-se de maneira curiosa, porque via de regra

⁶¹ As aspas no “35” foram incluídas pelo próprio movimento para enfatizar sua referência a Revolução Farroupilha.

⁶² Fundado oficialmente em 1966 durante o XIV Congresso Tradicionalista realizado em Tramandaí.

⁶³ Em sua maioria vindos do interior, eram descendentes de pequenos proprietários rurais das áreas em que predominava o latifúndio ou de estancieiros em processo de decadência social, ou seja, embora os fundadores do MTG cultuem valores ligados ao latifúndio, não têm origem na oligarquia rural, e evidencia que desde de seu começo é um movimento urbano que procura recuperar os valores rurais do passado (OLIVEN, 2006, p. 106-108).

⁶⁴ De fato, as primeiras manifestações deste grupo foram realizadas em 1947 quando criaram no Colégio o Departamento de Tradições Gaúchas do Grêmio Estudantil e organizaram a primeira *Ronda Gaúcha* (proto-Semana Farroupilha) entre os dias 7 e 20 de setembro (do dia da Independência do Brasil ao da proclamação da República Rio-Grandense, 1835). No mesmo ano, nos festejos da Semana da Pátria, durante o traslado dos restos mortais do General farroupilha David Canabarro de Santana do Livramento para Porto Alegre, os jovens organizam um guarda de honra a cavalo que acompanhou o deslocamento pelas ruas da capital, evento considerado pelos tradicionalistas como um “ritual de passagem fundamental e como mito de criação do Movimento Tradicionalista Gaúcho”, e vestidos “a caráter” soaram um tanto estranhos para os transeuntes não acostumados a verem homens a cavalo e vestidos de gaúcho pelas ruas de Porto Alegre (OLIVEN, 2006, p. 106-108).

⁶⁵ LESSA, Luiz Carlos Barbosa. *Nativismo. Um fenômeno social gaúcho*. Porto Alegre: L&PM, 1985. p. 64 *apud* Oliven, 1991, p. 43.

aqueles que deploram a decadência foram os mesmos que deram início à restauração” (*Apud* Hobsbawm, 1997, p. 53).

Surpreendentemente, para os próprios fundadores do “35”, o primeiro CTG depois do pioneiro surge em Taquara, região de colonização alemã, e não na Campanha. Segundo Oliven (1991), o surgimento de CTG’s fora da área pastoril de colonização portuguesa correspondia ao anseio dos “colonos” de se “abrasileirarem”, que fosse a “moda gaúcha”, depois dos efeitos negativos da Segunda Guerra Mundial,⁶⁶ bem como desvincularem-se do estigma “colonista” em um Estado em que historicamente a elite mais prestigiada estava ligada ao setor pecuarista, e também porque o símbolo do gaúcho vir acompanhado do cavalo que na Europa era apanágio e marca de distinção da aristocracia rural. Identificando-se com o gaúcho, eles experimentavam uma forma simbólica de ascensão social. Desta forma, a hegemonia cultural da região da Campanha, adversa da realidade minifundista e de agricultura familiar das regiões de colonização, passa a se consolidar em todo espaço regional frente não só a cultura imigrante, como a todas as outras realidades culturais e a figura do gaúcho dissemina-se, agora representando a todos os rio-grandenses como seu tipo social típico, aquele que significa a identidade gaúcha. É o que Oliven (2006) chama de um primeiro processo de *desterritorialização*⁶⁷ da cultura gaúcha que sai de sua área de origem, o complexo pastoril, e é adotada em outras regiões do Rio grande do Sul.

Se pensarmos que o movimento passou a difundir “valores tradicionalistas” calcados nas “lidas do campo” do meio rural da região da Campanha, plano da pecuária latifundista, berço da velha elite política e econômica deslocada do centro do poder político e econômico estadual, o movimento já iniciou controverso na medida em que difunde uma “tradição” baseada em uma cultura rural que vinha progressiva e inexoravelmente perdendo sua hegemonia para o espaço urbano e industrial, e que por esse motivo coloca em questão sua validade e representatividade como construção contemporânea da identidade gaúcha.

Tendo como referência um mito de gaúcho criado por intelectuais que o precederam⁶⁸, ou seja, com parâmetros míticos já pré-fixados na construção de

⁶⁶ A partir da suspeita do governo Vargas de que agentes do Eixo, a “Quinta Coluna” do III Reich ou do fascismo, operavam nas zonas de colonização alemã ou italiana no Brasil.

⁶⁷ Grifo do autor.

⁶⁸ Tema abordado no tópico anterior.

“gaúcho histórico”, o MTG reafirma, molda a seu estilo e estimula o culto a uma lenda: o gaúcho, agora sacralizado e venerado popularmente, deixa de representar somente a elite para ser o símbolo que significa todos os rio-grandenses. A partir do surgimento MTG o gauchismo torna-se um movimento de massas.

Os pioneiros e expoentes do tradicionalismo, durante a discussão entre os que reivindicavam um movimento mais intelectualizado, de embasamento científico e os que queriam um movimento aberto e popular:

[...] supondo a “pobreza folclórica”, regional, aquele grupo seguia uma visão altamente instrumentalizada das ciências⁶⁹ e dos saberes, encarando a invenção de determinados elementos como um recurso válido à missão – esta sim, essencial – de difundir entre o “povo” o sentimento cívico rio-grandense, de modo a evitar o “relaxamento do controle dos costumes e noções tradicionais de cada cultura”⁷⁰ (NEDEL, 1999, p. 271).

No entanto, como observa Oliven, “[...] a suposta pobreza do folclore não corresponde exatamente à realidade, sendo mais uma forma de alguns intelectuais legitimarem a necessidade de inventar as tradições, o que talvez seja mais fácil que pesquisá-las (2006, p. 168). Como não havia registro de várias manifestações culturais, os tradicionalistas acharam que era necessário inventá-las.

Hobsbawm, em seu clássico *A invenção das tradições* (1997) corroborando as afirmações de Oliven de que é em épocas de crise que o regionalismo gaúcho é mais evocado, observa que as tradições inventadas são mais suscetíveis de surgirem quando há mudanças nas estruturas sociais que debilitam ou modificam antigos padrões culturais que se tornaram incompatíveis com a nova realidade, geralmente advinda de um novo contexto político e econômico, e quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta. Os tradicionalistas, sempre referindo a uma operação de “resgate”, foram inventando e se apropriando de uma série de tradições, algumas das quais se tornaram tão populares que freqüentemente são consideradas como sendo de

⁶⁹ Evidente, sobretudo na tese-matriz do MTG, de autoria de Lessa que se utilizou de obras de sociologia e antropologia para redigi-la.

⁷⁰ LESSA, Barbosa. Apud MACIEL, Maria Eunice de Souza. *Bailões, é Disto que o Povo Gosta: análise de uma prática cultural de classes populares no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1984. Dissertação (mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Rio Grande do Sul. p. 53-54.

origem folclórica apesar de seus produtores ressaltarem que elas são criações suas (OLIVEN, 2006). Hobsbawm mais vez tem uma proposição pertinente para o nosso caso quando enfatiza que:

[...] na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição obrigatória. É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social (1997, p. 10).

De fato, o MTG se valeu de um artifício efetivo e conveniente na construção de sua visão de tradição: o sincretismo; captou elementos da cultura (hábitos, velhos usos, sejam eles utilitários ou não, ainda conservados) do meio rural da região da campanha e os agregou um conjunto de modos (práticas), meios (materiais), rituais e confraternizações criadas pelo movimento, que perfazem o conjunto tradicionalista em sua busca pela “preservação” e “restauração” a “tradição gaúcha”.

Na medida em que Hobsbawm utiliza o conceito de “tradição inventada” de forma abrangente é pertinente sua observação que enfatiza:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (1997, p. 9 – Grifos do autor).

No quadro de criacionismo do MTG seus agentes sempre estiveram determinados a apropriar-se de práticas e referenciais simbólicos afirmando uma perspectiva planejada e consciente de procedência de uma identidade social regional, mimetizado em um discurso no qual procuram representar a memória coletiva.

No entanto, cabe ressaltar que a experiência ritualística do tradicionalismo gaúcho e seu amplo repertório também foi celebrizada pela mídia e adotado pela

indústria cultural (cinema, música, publicidade e turismo) que tiveram papel essencial na disseminação dessa perspectiva de identidade gaúcha.⁷¹

A partir do momento que se torna movimento de massas, o tradicionalismo, seus militantes passam a anunciar que sua missão é tornar “consciente o gauchismo espontâneo e bruto do povo”, mediante um “trabalho de alta estilização e aprimoramento”⁷² (NEDEL, 2005, p. 322).

De fato, segundo Nedel, no fim da década de 50, no campo da intervenção cívica, “[...] já não é mais o *gaúcho antigo* o objeto último de celebração, mas os gaúchos atuais, representados pelo panteão de fundadores da tradicionalista, já incorporada ao repertório “popular” do Rio Grande do Sul como uma espécie incontestada de “fato folclórico nascente” (2005, p. 322 – Grifo da autora).

Por outro lado, outra grande controvérsia em torno do Movimento Tradicionalista, que surge com a finalidade de “reviver e zelar pelas tradições” e que em seu discurso justificava-se como um movimento em defesa da cultura regional em oposição a “degradação” causada pela difusão das culturas estrangeiras, contraditoriamente, ou curiosamente, para quem preferir, na elaboração de suas matrizes teóricas seus intelectuais utilizaram-se justamente de teorias estrangeiras para redigir os fundamentos de seus manifestos, estatutos e teses. Talvez o exemplo mais evidente seja a tese *O sentido e o valor do Tradicionalismo* de Barbosa Lessa, considerada a tese-matriz do MTG. Este texto, apresentado no I Congresso Tradicionalista, realizado em Santa Maria em 1954, foi produzido por Lessa sob influência de suas reflexões a partir da leitura da obra *Teoria e pesquisa em sociologia* do norte-americano Donald Pierson, da Universidade de Chicago, que Lessa teve contado a propósito de seu breve período em 1953 na Escola de Sociologia e Política, em São Paulo, onde lecionava o sociólogo, bem como o livro *O homem: uma introdução à Antropologia* do antropólogo também norte-americano

⁷¹ O periódico *Diário de Notícias* teve um papel de destaque na promoção do Tradicionalismo e pode ser apontado como um dos principais irradiadores do ideário tradicionalista em seus primeiros tempos. Possuía uma coluna intitulada *Tradição*, na qual seu editor, Sady Scalante, primo de Barbosa Lessa, entre os anos de 1953-1958, freqüentemente veiculou reportagens enfatizando as atividades dos tradicionalistas, inclusive a criação pelo governo estadual do Instituto de Tradições e Folclore (ITF). Seu espaço editorial foi aberto para artigos de tradicionalistas, sobretudo Barbosa Lessa. Sem dúvida o periódico foi um dos grandes canais de comunicação do então crescente Movimento Tradicionalista Gaúcho. Atualmente este papel cabe a Rede Brasil Sul de telecomunicações (grupo RBS).

⁷² PRATES, Gilberto Antônio da Silva. As três fases do movimento tradicionalista gaúcho. In: Clube Farrroupilha, Anais do III Congresso Tradicionalista do Rio Grande do Sul. Ijuí: 1956, p. 31 *apud* Nedel, 2005, p. 322.

Ralph Linton. Ambos os autores se preocupavam com os efeitos do crescimento populacional, da urbanização e as conseqüências dessas mudanças nas famílias e grupos sociais, a partir de referências teóricas de Émile Durkheim. Segundo o próprio Lessa, após voltar para o Rio Grande do Sul, no mesmo ano, devido a seu intenso envolvimento com os assuntos do tradicionalismo, ao ler e fazer anotações sobre os dois livros:

[...] eu fui vendo até que ponto se encaixava naquilo que nós estávamos fazendo. Foi quando eu aprendi o conceito de sociedade, o conceito de cultura, o conceito de tradição, o conceito de visão cultural [...] confesso com toda sinceridade que devo ter lido esses dois livros naquela época e mais o Dicionário de sociologia, da Editora Globo, que eventualmente eu consulto. Toda a minha sabedoria em ciências sociais são, na parte teórica, esses três livros e mais que isso⁷⁴ (*Apud* OLIVEN, 1991, p. 46).

Como já observado por Oliven (1991), indiretamente o MTG foi um dos maiores difusores das idéias da sociologia norte-americana da década de 1940. Em seu discurso o movimento enfatizava a importância da cultura transmitida pela tradição para que a sociedade funcione como uma unidade e que este era exatamente o problema do Rio Grande do Sul: isto não estaria ocorrendo devido a um “assustador” processo de desintegração, especialmente nítido nos centros urbanos e que estaria havendo o enfraquecimento do núcleo cultural gaúcho, núcleo sólido, de certa forma estável, constituído pelo *Patrimônio Tradicional*, ou seja, onde se concentram aqueles inúmeros hábitos, princípios morais, valores, associações e reações emocionais partilhados por Todos os membros de determinada sociedade e pelo desaparecimento dos grupos locais transmissores da cultura.⁷⁵

Como podemos perceber, ao tempo em que Lessa faz contundentes críticas a desagregação social e ao enfraquecimento do núcleo cultural gaúcho devido a urbanização e difusão de culturas estrangeiras, curiosamente se utiliza de teorias não autóctones para justificar o movimento. No entanto, salvo pequenos detalhes, a solução para esta crise social se encontraria no “Tradicionalismo”. Este combateria justamente os fatores da “desintegração”, mantendo a integridade e reforçando o núcleo cultural gaúcho.

⁷⁴ Entrevista realizada com Luiz Carlos Barbosa Lessa em 4 de outubro de 1983. *Apud* Oliven, 1991, p. 46.

⁷⁵ LESSA, Luiz Carlos Barbosa. O sentido e o valor do Tradicionalismo. Tópicos I e II. Grifo meu, maiúsculo de Lessa. A tese-matriz do MTG é uma das fontes primárias deste trabalho.

Oliven (2006) destaca que justamente a tese-matriz tomou posição entre as duas “alas” do movimento: a da “qualificação cultural” e a da “massificação popular”. A opção pela tendência popular fica evidenciada na tese-matriz quando Lessa afirma que:

O Tradicionalismo deve ser um movimento nitidamente Popular, não simplesmente intelectual. É verdade que o Tradicionalismo continuará sendo compreendido, em sua finalidade última, apenas por uma minoria intelectual, Mas, para vencer, é fundamental que seja entendido e desenvolvido no próprio seio das camadas populares (...). Não se deve confundir o Tradicionalismo, que é um movimento, com o folclore, a história, a sociologia, etc. que são ciências.⁷⁶

Justamente, devido à incapacidade das camadas populares em compreenderem a “finalidade última do movimento”, caberia a esta ala formular os princípios e entender o sentido do Tradicionalismo (OLIVEN, 2006, p. 119). No entanto, estas lideranças do MTG que se firmaram como “intelectuais do tradicionalismo” sofrem desconfiança no próprio movimento que se divide em uma ala fisiológica (imensa maioria) e outra “cerebral cultural”, minoritária e pouco prestigiada que tem seus membros alcunhados de “medalhães” do movimento tradicionalista⁷⁷. Embora tenham esta alcunha estes “intelectuais” fizeram parte do grupo que queria um movimento aberto, essencial para a sua popularização.

A este respeito Nedel (2005, p. 315) destaca que são justamente os “medalhães do tradicionalismo” que no início do movimento darão continuidade às funções propriamente ideológicas do memorialista: a de oferecer um passado ao alcance de qualquer um, um passado coletivo desgarrado das academias e gabinetes. A partir da desse momento, com a consolidação do movimento ocorre a “metamorfose do gaúcho” que deixa de representar somente uma elite rural para ser o símbolo que significa todos os rio-grandenses, ou seja, a partir do surgimento do MTG o gauchismo torna-se um movimento de massas.

⁷⁶ No tópico “Características do Tradicionalismo”.

⁷⁷ Antônio Augusto Fagundes em entrevista realizada em 14 de setembro de 1981 *apud* Oliven, 2006, p. 119-120.

6.1 Embates Entre Eruditos do Folclore Ligados ao Museu Júlio de Castilhos e os Tradicionalistas: a inserção e institucionalização oficial do movimento

Neste momento é pertinente introduzir um evento que foi fundamental para a expansão do MTG: sua associação com os poderes públicos.

Desde o começo do século 20 o Museu Júlio de Castilhos foi o local privilegiado no qual se debatiam as características da identidade gaúcha, concebida como derivação social de certas propriedades “típicas” de uma área específica e diferenciada ao restante do país, no âmbito de uma construção da memória institucional no Rio Grande do Sul (NEDEL, 1999).

Em 1954 o MJC é reorganizado e, a partir de seu novo estatuto, passa a ter como objetivos a preservação do *patrimônio*⁷⁸ histórico, artístico e arquitetônico do Estado, assim como das tradições pátrias e rio-grandenses. No início dos anos 50, com os precedentes de um regionalismo manifesto na literatura e na historiografia com acentuada força política desde a virada do século 19, o apelo regional se expande geográfica e socialmente, em meio à percepção de uma crise no modelo histórico de desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. Nesse ínterim, o MJC, de “guardião” da memória gaúcha (republicana e positivista, diga-se de passagem), busca desempenhar um papel relevante na construção de novos componentes e significações associados ao “caráter regional” gaúcho nos anos 50 (NEDEL, 1999, p. 25-26). Esta redefinição de objetivos estava atrelada ao interesse de seu diretor, Dante de Laytano, em associar o museu aos trabalhos da “Comissão Nacional do Folclore”, criada em 1947, sediada no Ministério das Relações Exteriores, cujas tarefas vinham sendo financiadas pela UNESCO. De fato, Laytano inicialmente buscou aliar a história (pesquisa em arquivo), memória (pelo culto à tradição no museu) e folclore (pela aliança entre Museu, tradicionalistas e Comissão Gaúcha de Folclore).

A ampliação do âmbito de atuação do MJC esteve vinculada ao processo de expansão do regionalismo no Rio Grande do Sul pós-Estado Novo e do aumento do controle estatal sobre as políticas culturais, onde até então havia a primazia do MJC e seus adjuntos⁷⁹ na definição do “caráter rio-grandense”. Com o surgimento do

⁷⁸ Grifo meu.

⁷⁹ Sobre tudo o IHGRS, vinculado ao MJC desde 1921, que em contrapartida do aporte e reconhecimento do poder público legitimava a versão oficial da memória rio-grandense. (NEDEL, 1999, p. 94).

tradicionalismo esta primazia seria colocada em cheque.

Inicialmente o tradicionalismo teve a simpatia de intelectuais, folcloristas da geração de 1930, ligados ao MJC e ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), que esperavam um movimento que valorizasse a cultura rio-grandense. No entanto, os intelectuais que debatiam de forma intensa a formulação teórica de seus objetos de análise, seu campo disciplinar e sua intenção de focarem a pluralidade de tipos humanos no Rio Grande do Sul, a partir da falta de rigor analítico e embasamento teórico dos tradicionalistas em seus procedimentos de “resgate” da tradição, de sua extensão forçada do que achavam ser a cultura antiga da campanha para todo Estado, muitas vezes fruto de pura e simples invenção de precedentes históricos, sua transformação em movimento de cultura de massa, que justificava seus métodos, fez com que os eruditos do folclore passassem a se afastar e a se opor aos tradicionalistas.

Nesta querela, que duraria até 1958, o MJC, núcleo de reunião da Comissão Estadual de Folclore (CEF), representante oficial da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro no Estado, torna-se refúgio de sócios dissidentes do IHGRS que não concordavam com a recepção por parte de alguns intelectuais ao tradicionalismo, da privação de sua influência sobre a máquina pública de gestão cultural e de uma reserva, seja no IHGRS ou na universidade, de um lugar para o folclore. Neste contexto houve um crescente embate pelo discurso legítimo acerca da cultura e das políticas de preservação do *patrimônio local*⁸⁰ (NEDEL, 2005, p. 315).

De fato, segundo Nedel:

Enquanto o projeto de um folclore *científico* proposto pelos autores mais velhos tratava de “nacionalizar” o gaúcho, inserindo-o em um padrão cultural *brasileiro* forjado à revelia das condições internas de representação da *região*, entre a juventude tradicionalista a ordem era, inversamente, “reagauchar o Rio Grande (2005, p. 347 – Grifo da autora).

A volta as origens rurais seria a fórmula para evitar a “degradação cultural” do cosmopolitismo contemporâneo.

Para complicar a situação, ao tempo em que é aberto um espaço para

⁸⁰ Grifo meu.

pesquisas folclóricas no MJC, este passa a competir institucionalmente com a Divisão de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura (SEC), criada em 1954, a qual estava vinculada uma nova instituição especificamente dedicada: o Instituto de Tradição e Folclore (ITF)⁸¹ onde, após a disposição do governo em incorporar e trazer para seu domínio as demandas criadas pela expansão do gauchismo, tanto pela ação dos folcloristas, quanto dos agentes do 35CTG, são agrupados na administração pública da cultura os tradicionalistas⁸². Deste modo, além de perder o estatuto oficial de instituição que diretrizava as políticas folclóricas no Estado, a comissão do MJC via os tradicionalistas fora de seu controle ao tempo em que estes cresciam em prestígio e difusão social. É através do Instituto, com tradicionalistas, que o Estado implanta no Rio grande do Sul uma política de folclore no âmbito da Comissão Nacional de Folclore.

A despeito das atitudes ambíguas da Comissão Nacional de Folclore com respeito à conveniência de se estimular a intervenção pública sobre as práticas culturais populares, considerando-se o risco de sua desfiguração, Nedel destaca que:

Esse tipo de preocupação encontrava-se complementemente ausente entre os fundadores do tradicionalismo recrutados a trabalharem como “técnicos” do ITF. Estes almejavam mesmo tornarem-se um “braço aliado do Estado” para evitar a “degradação moral e a desintegração social” dos rio-grandenses, sujeitos a processos de modernização acelerada e de invasão cultural estrangeira (1999, p. 294 – Grifos da autora).

A partir do momento que logram inserirem-se na máquina estatal, os tradicionalistas passam a assumir cargos em diversos escalões das instituições culturais do Estado⁸³ e, de suas relações com partidos e governos, progressivamente são reconhecidos e patrocinados pelos poderes públicos.⁸⁴

⁸¹ Renomeado desde 1974 como Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore.

⁸² O ITF desde o início de suas atividades abrigou membros do tradicionalismo, dentre eles dois de seus fundadores e expoentes: Paixão Côrtes e Barbosa Lessa, este último chegou a ser também Secretário de Cultura do Estado (NEDEL, 1999, p. 264).

⁸³ Secretarias, museus, bibliotecas, arquivos, bem como vagas na Academia Rio-Grandense de Letras ou mesmo no IHGRS (NEDEL, 2005, p. 315).

⁸⁴ Talvez um dos maiores exemplos seja o caso da *Semana Farroupilha*, antiga *Ronda Gaúcha* dos Tradicionalistas. Em 1964 é aprovada uma lei estadual, oficializando a *Semana Farroupilha*, a ser comemorada de 14 a 20 de setembro de cada ano. A partir de então a *Chama Crioula* passou a ser recebida com todas as honras no Palácio Piratini, sede do Governo do Estado, e se oficializou a realização anual do desfile de 20 de setembro por CTG's e a Brigada Militar em quase todas as cidades do Estado (Oliveira, 2006, p. 121).

Remetendo a Bordieu (1989), este vínculo constituiu-se em oportunidade excepcional para o exercício do “poder simbólico” pelo MTG, na medida em que seus agentes puderam instituir suas diretrizes a respeito da “tradição gaúcha”, pondo-se em evidência com a “credibilidade estatal”, bem como puderam ser reconhecidos como definidores legítimos do campo cultural ligado as “coisas gaúchas”, sejam históricas ou contemporâneas. De fato, a partir desse momento o gaúcho do MTG é patrimonializado oficialmente pelo poder público. E, tomando uma acepção da especificidade do patrimônio feita por Lewgoy (1992), e aqui remetendo ao papel do Estado, poderíamos dizer que o poder público é a *agência oficial de poder simbólico* das sociedades modernas; sem o “selo patrimonial” estatal, sem sua chancela, não há patrimonialização. Com o respaldo institucional os tradicionalistas passaram a ter o poder oficial de definir a imagem do gaúcho, o modo de construí-la, os critérios que definiam sua autenticidade e suas instâncias de legitimidade e consagração.

Este vínculo foi de vital importância para a popularização do movimento tradicionalista na medida em que sua articulação oficial com o poder público catalisou a consolidação deste discurso regionalista, promovendo o gaúcho da campanha como patrimônio do Rio Grande do Sul. Além disso, como já observado por Oliven (2006), em última análise, este poder institucionalizado que é reivindicado como monopólio por parte dos tradicionalistas, mais do que somente tratar sobre o direito de afirmar o que é e o que não é tradição e cultura gaúcha, também tem o poder de exercer influência sobre um mercado de bens simbólicos, muito significativo no contexto regional.

Aqui chegamos a um detalhe muito relevante: a relação entre o tradicionalismo e a política cultural do Estado. Se lembrarmos da importância dada à história política no âmbito das ciências humanas, está para ser explorada com mais afinco uma questão fundamental já ressaltada por Nedel em nota:

Até agora não se deu a devida atenção ao modo como esses jovens recém-saídos da escola secundária, então sem grandes aquisições escolares, sem nome e sem dinheiro, conseguiram dar ao movimento um caráter altamente estruturado, disseminar de forma tão impactante uma leitura própria da identidade local, e a certa altura – com ampla penetração na máquina governamental – trazer para si a legitimidade na definição das políticas públicas culturais (1999, p. 257-258).

A este respeito, na medida em que o repertório patrimonial do MTG, ou seja, seu sistema cultural foi ativado por uma versão ideológica⁸⁵ da identidade e projetado para todo o conjunto social regional, deve ser explicado mais comedido o contexto no qual foi produzido, nos quais se reproduz e se transformam suas funções e significados.

Neste sentido Oliven destaca que:

Poder-se-ia afirmar que o gauchismo é um caso bem-sucedido de regionalismo, pois consegue veicular reivindicações que seriam comuns a todo um Estado. A continuidade e a vigência desse discurso regionalista indicam que as significações produzidas por ele têm forte adequação às representações da identidade gaúcha (1993, p. 403-404).

As formas de representação, construção e definição da memória e identidade gaúcha na ortodoxia vinculada pelos tradicionalistas não foi ocasional. Em seu projeto de rememorar a tradição, esses agentes elaboraram uma série de procedimentos para a realização de um culto a “tradição gaúcha” que, com o tempo, a despeito do criacionismo de uma cultura “tradicional gaúcha”, tornou-se aceito como legítimo por significativa parcela da sociedade rio-grandense. Mais que isso, no conjunto litúrgico, material e simbólico tradicionalista, suas regras estão configuradas para lembrar aos praticantes seus elementos “fundadores”, ao tempo que conferem, consolidam e unificam seu sentido. Enfim, tanto quanto uma memória que remete a identidade, que auto-legitima e que ordena a contigüidade entre passado, presente e futuro, esses rituais também têm como função a coesão, a associação íntima e a solidariedade entre os integrantes dos grupos tradicionalistas, na medida em que estes se reconhecem como sujeitos de uma conjunção de seu tempo. Nesse momento, se totaliza a convergência entre memória e identidade, tão difusa para muitos indivíduos das sociedades contemporâneas.

⁸⁵ O que se aponta é o caráter passadista de sua visão de mundo (contida na tese-matriz do movimento *O Sentido e o Valor do Tradicionalismo*), o conservadorismo da organização e simbologia dos CTG's que reproduz a estrutura das estâncias e principalmente a proximidade com o poder constituído (Oliven, 2006, p. 190).

6.2 Um Símbolo Para o Movimento – *O Laçador*: a materialização do arquétipo de gaúcho dos tradicionalistas

Explanados os fatores mais importantes para entender o contexto do surgimento do MTG, suas relações com os intelectuais do folclore que o antecederam e sua inserção e associação com o Estado no processo de consolidação do movimento, nos detemos agora, novamente, no imaginário, alvo da visão de “gaúcho tradicional” do movimento e extensão do assunto pertinente deste tópico: *O Laçador*, monumento erguido em sua reverência, cujo principal agente de promoção foi o MTG.

Façamos a introdução do parágrafo nas palavras de Paixão Côrtes, um dos fundadores e expoentes do tradicionalismo: “até o fim década de 1940, se alguém procurasse a figura do gaúcho, especialmente como símbolo da terra na estatuária pública portoalgrense, tinha que recorrer ao monumento cívico, ‘El Gaucho Oriental’” (1994, p. 13). Segundo Côrtes, em 1949, em uma das primeiras *Rondas Farroupilhas* ou *Crioulas* de 20 de setembro, origem da Semana Farroupilha, após a fundação do 35 CTG, foram depositadas flores na escultura do Parque Farroupilha em homenagem ao pampeano gaúcho - brasileiro, uruguaio e argentino -, após um itinerário a cavalo que passava pelo Palácio do Piratini. Dentro desse quadro de precariedade simbólica, “Porto Alegre, a capital gaúcha, estava despida de monumento ao nosso campesino” (CORTÊS, 1994, p. 14).

De fato, o “*Gaúcho Oriental*,”⁸⁶ poder ser interpretado como o primeiro “lugar de memória” dos tradicionalistas. Alves observa corretamente que “essa estátua chegou a representar, por pouco tempo, o ‘espírito telúrico’ das ‘tradições gaúchas’ e suas relações com a terra nativa para aqueles que passaram a formar mais adiante o MTG” (CORTÊS, 2004, p. 57). Com efeito, o autor também observa que:

⁸⁶ Monumento localizado no Parque Farroupilha (Redenção), inaugurado em 1º de dezembro de 1935 a propósito do das comemorações do centenário da Revolução Farroupilha, foi um presente da comunidade uruguaia local. De autoria do uruguaio Federico Escalada, foi o segundo monumento a “retratar um típico gaúcho” no Rio Grande do Sul. O primeiro, como já salientado, foi o “popular gaúcho” do monumento a Júlio de Castilhos.

Em relação à estátua do *Gaúcho Oriental* pode-se considerar que ela se encontra mais relacionada à iconografia *cultural* do gaúcho (no sentido antropológico – do gaúcho como trabalhador rural dotado de rica cultura) do que seu aspecto “ideológico” ou *mitológico*. Prova disto seria o fato da estátua não ter se prestado para ser um símbolo para os tradicionalistas, que no início tentaram, sem sucesso, incorporar na escultura suas idéias (2004, p. 58 – Grifos do autor).

No entanto, a primeira estátua que se referia ao gaúcho, mesmo que em segundo plano, não foi esquecida pelos promotores do movimento como ressalta Côrtes ao mencionar uma reportagem⁸⁷ do periódico Diário de Notícias em que o jornalista Sady Scalante em sua coluna “Tradição”⁸⁸ afirma que afora o Gaúcho Oriental:

[...] o único elemento plástico representativo do gaúcho brasileiro, em nossa capital, estava inserido num conjunto artístico em bronze (de 20 metros de altura) e que, de certa forma, é uma obra escultórica em louvação à doutrina positivista, merecendo criação artística de Décio Villares, em homenagem à grande figura política rio-grandense que foi Júlio de Castilhos (1994, p. 14-15)

O MTG, como todo movimento que cultua uma “tradição”, necessitava de uma unidade de referência estatuária que representasse seu personagem símbolo. Somente com um ícone materializado seu repertório simbólico estaria completo. A este respeito Côrtes expõe que no ano seguinte, 1950, em seu discurso de posse como “Patrão”⁸⁹ do “35” CTG, Barbosa Lessa chamava a atenção: “todas as nações⁹⁰ têm seus heróis, e todos os grandes tiveram o seu monumento”. (1994, p. 14). Dentro da proposta do movimento de “reviver a tradição” a necessidade de reverenciar o gaúcho como herói era essencial para legitimar seu discurso, já que sintetizaria e se relacionaria com a maior intensidade com o “sistema de idéias-imagens de representação coletiva” (Pesavento, 1993, p. 383), ou seja, com o imaginário social regional, alvo primário do MTG. Além disso, como destaca Milliet: “o herói consagra-se pela imagem. A visualidade impõe-se sobre os depoimentos de época, sobre os escritos de história, sobre os textos literários. Através da imagem

⁸⁷ Segundo Côrtes esta reportagem foi veiculada mais “precisamente” na metade de 1954.

⁸⁸ A este respeito ver nota 71.

⁸⁹ É o equivalente ao presidente de uma instituição.

⁹⁰ Grifo meu.

mobiliza-se o sentimento popular, passam-se idéias e valores” (2001, p. 256). Carvalho corrobora esta afirmação e reforça o raciocínio afirmando que:

O domínio do mito (herói) é o imaginário que se manifesta na tradição escrita e oral, na produção artística, nos rituais. A formação do mito pode dar-se contra a evidência documental; o imaginário pode interpretar evidências segundo mecanismos simbólicos que lhe são próprios e que não se enquadram necessariamente na retórica da narrativa histórica (1998, p. 58).

Com efeito, era preciso materializar o mito do gaúcho, mais do que uma reverência, era uma “justiça histórica”, como destaca Côrtes referindo-se ao mesmo discurso de seu companheiro de movimento:

Barbosa Lessa procurava sintetizar, num monumento, o Rio Grande Histórico e lendário. E induzia mais: ‘erguer um Monumento Vivo ao Gaúcho, como imperativo de gratidão para com aqueles camponeses rudes que se ofereceram em holocausto por um mundo melhor, por um mundo que seria o nosso, o mundo de nossos filhos’ (1994, p. 14).

De certa forma, se consideramos o uso histórico do mítico gaúcho, o MTG é um continuador de um discurso que teve sua gênese no século 19 e que foi explorado pelos governos positivistas do Estado que freqüentemente utilizavam este arquétipo e a memória da Revolução Farroupilha como instrumento político nos seus embates com a oposição. A este respeito Albeche enfatiza que:

A linguagem de arquétipos está profundamente enraizada nas estruturas mentais e ao ser reinterpretada por um grupo social de uma determinada realidade assume um significado diferente. Talvez a aceitação dessa “tradição legendária gaúcha” repouse em grande parte nos elementos sociais que conservam a imagem positivista de uma tradição reordenada, confundindo como real a reinterpretação do núcleo simbólico da imagem do gaúcho (1996, p. 132).

Para os tradicionalistas a falta de estatuária significativa ao gaúcho seria uma das provas da pouca importância que as autoridades estaduais e os poderes constituídos de Porto Alegre dispensavam à figura “representativa de nossa terra”, ao “homem-símbolo do seu povo”, à “eternização” de seus vultos em bronze (CÔRTEZ, 1994, p. 15). Se pensarmos a validade do símbolo na legitimidade dos discursos e na disseminação das idéias o movimento não dispensava este recurso

em sua fase de consolidação. A respeito de capacidade de um símbolo agregar valor a uma idéia e de sua validade para os propósitos tradicionalistas, Carvalho nos assiste com a observação que:

Um símbolo estabelece uma relação de significado entre dois objetos, duas idéias, ou entre objetos e idéias, ou entre duas imagens. Embora o estabelecimento dessa relação possa partir de um ato de vontade, sua aceitação, sua eficácia política, vai depender da existência daquilo que Baczko⁹¹ chamou de comunidade de imaginação, ou comunidade de sentido. Inexistindo esse terreno comum, que terá suas raízes seja no imaginário preexistente, seja em aspirações coletivas em busca de um novo imaginário, a relação de significado não se estabelece e o símbolo cai no vazio, se não no ridículo (1998, p.13).

De fato, os tradicionalistas estavam determinados a incentivar esta demanda. A oportunidade surge por ocasião da participação do Rio Grande do Sul na Exposição do IV Centenário da cidade de São Paulo no Parque do Ibirapuera em 1954. Cada estado devia fazer representar-se por um pavilhão. A Comissão do estado para a exposição achou interessante que a entrada do pavilhão do Rio Grande do Sul contasse com “[...] uma figura alegórica que identificasse o homem-terra rio-grandense. Procurava-se um símbolo” (CÔRTEZ, 1994, p. 16).

Assim, foi estabelecido um concurso estadual em que a Comissão Coordenadora convidou, dentre outros, Dante de Laytano (do MJC), Walter Spalding (do IHGRS) e Paixão Côrtes (do MTG) para apreciar os projetos, sendo escolhido o do escultor pelotense Antônio Caringi.⁹² *O Boleador* que se, ao invés de boleadeiras, portasse um laço seria *O Laçador*. Segundo Côrtes, Dante de Laytano sugeriu que não se apresentasse a figura de um guerreiro e sim o “homem forte do Campo”. Por seu turno, o tradicionalista argumentou que “‘O Laçador’ representava uma figura ‘viva’ no contexto da formação do Rio Grande, de ontem e de hoje” (1994, p. 18). Tendo sido feita a preferência pelo “*O Laçador*”, ao final do exame foi proposto que Côrtes fizesse sugestões sobre as “modificações necessárias”. Sendo assim, Caringi utilizou o tradicionalista devidamente trajado com as “típicas vestimentas gaúchas”

⁹¹ BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux. Mémoire et espoirs collectifs*. Paris: Payot, 1984.

⁹² 26 de março de 1954. Antônio Caringi foi o artista que fez também a escultura de Bento Gonçalves localizada na Avenida João Pessoa e o Monumento ao Expedicionário localizado no Parque Farroupilha.

como modelo para sua escultura. Concebido em gesso, foi postado no “20 de setembro” no pavilhão.

Havia a idéia de presenteá-lo a capital paulista após o evento. No entanto, transformado em símbolo, gerou um forte entusiasmo por parte de jornalistas, sobretudo Sady Scalante da coluna “Tradição” do Diário de Notícias, tradicionalistas e setores do governo, surgindo à idéia de que a estátua fosse fundida em bronze e instalada em logradouro público de Porto Alegre. Segundo Côrtes: “Aí está uma sugestão que as entidades tradicionalistas poderiam encampar, e a própria Secretaria da Educação, através de seu Instituto de Tradição e Folclore” (1994, p. 19). Como vimos no tópico anterior, a essa época os tradicionalistas já haviam “encampado” o ITF.

Aqui ocorre a metamorfose do *O Laçador*. Se se procurava “ornamentar” a entrada do pavilhão com uma “figura alegórica” e se pensarmos como Doberstein que observa: “[...] as alegorias são símbolos petrificados, regidos pelo princípio de identificação suficiente, restrito à função de evocar ou representar uma realidade conhecida ou racionalizada”⁹³ (1992, p. 3), ou seja, evocam, representam ou substituem uma realidade. No entanto, se fôssemos falar de múltipla significação, sentido místico-religioso, manifestação do desconhecido, tais características são específicos do símbolo e não estão presentes na alegoria. Quanto a esta última observação o autor acrescenta que:

A múltipla significação é aquela propriedade do símbolo que permite estabelecer analogia com mais de uma coisa, com diversas possibilidades de interpretação. Isso transforma o símbolo em algo essencialmente dinâmico. A alegoria, por sua vez, é regida pelo princípio de identificação suficiente, qual seja, é um símbolo reduzido à predominância de uma só de suas possibilidades analógicas (1992, p. 77).

Quando a alegoria converte-se em símbolo ou vice-versa, acontece o que o autor chama de *trânsito alegórico*. Com efeito, se pensarmos que *O Laçador*, de alegoria que deveria sugerir o Rio Grande do Sul, ou seja, seria o ornamento da porta de entrada do pavilhão que apresentava a diversidade sócio-econômica e cultural do estado e passa, por incentivo dos tradicionalistas, a símbolo da

⁹³ Atividades econômicas, virtudes e vícios humanos, instituições sociais e políticas, estados de ânimo etc.

identidade rio-grandense, este “fenômeno” talvez seja válido para o nosso caso, até porque, segundo Doberstein:

O transito alegórico não ocorre fortuita e graciosamente: é promovido por uma ideologia. Uma vez que esta última diz respeito ao mundo em que os homens vivem, resulta que esse trânsito alegórico ocorre em determinadas circunstâncias. Isso significa dizer que o mesmo se dá num determinado momento de uma formação social (1992, p. 85).

A ideologia: o tradicionalismo; a formação social: o processo de difusão e consolidação do movimento. Feita a mobilização necessária, a administração municipal de Leonel Brizola financiou a fundição do *O Laçador* em bronze e o inaugurou no Largo do Bombeiro, praça frontal ao Aeroporto Salgado Filho, entre as pistas da BR-116, em 20 de setembro de 1958 durante as comemorações do 123º aniversário da Revolução Farroupilha. Segundo Côrtes:

[...] Porto Alegre ganhava um símbolo que a identificava não simplesmente como Capital Rio-Grandense, mas como, verdadeiramente, a Capital Gaúcha, situação anterior que a mantinha distanciada das nossas raízes históricas, marcadamente pastoris, por não possuir nenhum monumento representativo de sua gente no contexto mosaico das figuras definidas, no regionalismo social-popular brasileiro (1994, p. 25).

Concebido como objeto de *dar-se a ver*, a partir de sua inauguração *O Laçador* passou a ser tratado como um totem que orienta o imaginário tradicionalista, suporte máximo da representação desse ideário. Em comparação com a primeira escultura do gaúcho reverenciada pelos tradicionalistas, Alves salienta que:

Ao contrário de sua contraparte oriental, a escultura de Caríngi é uma obra *monumental*, tem representação idealizada, estereotipada – muito adequada para um *símbolo mítico* –, além de estar estrategicamente localizada.⁹⁴ Certamente esses foram os motivos pelos quais os tradicionalistas e posteriormente uma parte significativa da população e o poder legislativo da cidade escolheram o *Laçador* como símbolo de não só de Porto Alegre, mas por extensão, da terra dos gaúchos (2004, p. 58 – Grifos do autor).

O autor acrescenta ainda que:

⁹⁴ O autor referia-se ao antigo sítio do *Laçador* localizado no Largo do Bombeiro.

O fato mais relevante sobre *O Laçador* é que embora essa escultura-símbolo não tenha sido idealizada e projetada para o *local*⁹⁵, ela subverteu a lógica do *site-specific*⁹⁶ ao dar espírito para aquele espaço, até então sem qualquer referência ou significado. O *lugar*⁹⁷ hoje só tem razão de ser por causa da obra. É um símbolo ligado ao *lugar*. Durante os 45 anos que ali se encontra a escultura elaborou no imaginário dos cidadãos o *espírito do lugar* – daquele local (2004, p. 67-68).

Em razão de “procurar um símbolo”, o objetivo proposto após o “trânsito alegórico” de *O Laçador*, a obra, segundo Alves, teria alcançado plenamente seus objetivos, já que teria conseguido “encarnar” a identificação de “todo um povo”: o “povo gaúcho”; encarnando não só características culturais, mas também históricas se for considerado que o Rio Grande do Sul já foi um país “autônomo”⁹⁸, e que esta identificação é mais afetiva do que ideológica. Sua condição de arte pública é bem sucedida porque a obra comunica algo e tem (forte) resposta pública⁹⁹, mesmo não sendo um símbolo realmente “popular”, mas de massa, porque a cultura popular, diferente da cultura de massa, é de certa forma particularizada (2004, p. 68). Com efeito, o *Laçador* atingiu o status de “materialização” do mito do gaúcho.

Na esteira da proposta de Alves que ressalta a “especificidade do lugar”, sentido que a obra deu ao espaço em que está localizada, e que subverteu já que este significado foi alcançado posteriormente a instalação da obra e que sem ela aquele espaço não terá o mesmo significado, poderíamos dizer que *O Laçador*, usando o conceito em voga de Pierre Nora, é um legítimo “lugar de memória”.¹⁰⁰ O autor, na definição dessa idéia, indica a ocorrência de uma separação entre a memória e a história nas sociedades contemporâneas; com a modernidade houve

⁹⁵ No sentido da proposição do autor, um local representa as propriedades físicas constituintes de um lugar.

⁹⁶ Especificidade do local. Conceito operacional da escultura pública contemporânea difundido a partir da década de 1960. Baseia-se na idéia de indissociabilidade entre a obra e seu local. O trabalho *site-specific* é feito para um determinado local (espaço) e procura trabalhar com toda a sua carga física, a ponto de transformar a obra em parte integrante do mesmo. Neste conceito é feita uma distinção entre *lugar* e *local*. Partindo da condição física do local este se transformaria em *lugar* pela presença da obra; ou outras palavras, lugares seriam espaços em que a obra representa algo mais do que a decoração de um determinado local. A obra deve revitalizar ou dar um (novo) sentido ao lugar. (ALVES, 2004, p. 66).

⁹⁷ Embora o autor refira-se ao antigo sítio, no Largo do Bombeiro, o conceito é válido sem subvertimento para o novo sítio.

⁹⁸ O autor refere-se a Revolução Farroupilha (1835-1845).

⁹⁹ O autor refere-se a polêmica “escolha popular” do *Laçador* como símbolo de Porto Alegre.

¹⁰⁰ NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. I La République. Paris: Gallimard, 1984. Obra sintetizada no artigo em português Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dez. 1993.

uma “aceleração da história” que afastou do cotidiano das pessoas os hábitos e costumes “tradicionais”. Em síntese, o autor propõe que:

Os lugares de memória, expressos em monumentos, bandeiras, comemorações, hinos, marcos referenciais que têm como função guardar a maior significação possível, “congelando o tempo”, são construídos para restabelecer a continuidade do presente como o passado “definitivamente morto”, no esforço de salvar as “identidades ameaçadas” (1993, p. 7).

Por sua vez, Hartog (1997) interpreta os lugares de memória como um espaço onde as sociedades guardam suas lembranças ou as reencontram como uma parte necessária de sua personalidade, como os espaços simbólicos, no caso aqui salientado os monumentos, e na interrogação de Nora sobre a divisão entre história e memória na qual este último se propõe a demonstrar que a memória também tem história. A seguir, em uma das propostas de extensão de Hartog para a noção de lugar de Nora, o autor define que:

Lugar de memória é toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, cuja vontade dos homens ou o trabalho do tempo transformou em um elemento simbólico do patrimônio memorial de qualquer comunidade”. A história, sobretudo nos moldes dos Lieux, é para Nora, uma história simbólica (1997, p. 21).

Se pensarmos que a memória é “elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator essencial do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p. 204), e que, do mesmo modo que parte dos tradicionalistas possam realmente ter a sensação de que há o risco de uma “degradação” da cultura “tradicional gaúcha” pela sociedade urbana contemporânea, há pessoas de fora do movimento que também tendem a relacionar-se de alguma forma com o símbolo do gaúcho com o intuito de suprir sua inerente necessidade identitária, que foi uma idéia imbuída no imaginário social de todas as sociedades modernas na esteira da formação dos Estados-Nação e, por conseqüência, teve reflexos de caráter regional dentro destes Estados, ação esta que pode ser inconsciente, ou seja, instintiva. Nora destaca que os indivíduos muitas vezes recorrem aos ‘lugares de memória’ em “busca da preservação de sua continuidade e identidade” (NORA, 1993, p. 21).

Analogicamente poderíamos dizer que muitos indivíduos desfragmentam sua representatividade como ser social nos “lugares de memória”. O ato ou efeito de representar-se socialmente é, acima de tudo, simbólico. É a imagem que os indivíduos concebem de si mesmos e a que querem que seja correspondida na visão dos outros. Quando falamos em memória, identidade é a palavra chave da questão; porque, enfim, a memória é um dos fundamentos com que se afirma a consciência e a persistência da própria personalidade. Na medida em que a modernidade dificulta o surgimento de uma memória espontânea e autêntica, os “lugares de memória” possibilitam o acesso a uma memória reconstituída que dá o sentido necessário de identidade (NORA, 1993, p. 13).

No entanto, mais do que a sutileza de remeter a identidade, seja individual ou coletiva, a memória pode ser usada como um instrumento e objeto de poder na medida em que é a essência das políticas públicas e privadas de promoção do patrimônio. Aqui, mais uma vez, nos colocamos diante da importância do estudo dos mecanismos objetivos (sociais, políticos e econômicos) e subjetivos (simbólicos e ideológicos) através dos quais é feito um investimento na patrimonialização do que se julga bem material (físico e o “lugar”) e imaterial (seu valor intangível, que remete a memória e ao sentimento de identidade, no caso de um símbolo). A partir da reflexão de Delgado¹⁰¹ (2005), cabe ressaltar que o MTG também estabeleceu, reinventou e mantém constantemente as práticas que foram (são) instituídas como tradição no Estado sob contínua “vigilância comemorativa”, que Nora (1993) considera indispensável para a instituição dos lugares de memória. Isto acontece todo ano por ocasião das comemorações da Semana Farroupilha e, mais recentemente, diretamente vinculado ao monumento, tivemos o “loquaz evento” que foi a mudança de sítio do *Laçador*.¹⁰² Considerando-se as observações aqui apreciadas, o conceito de “lugar de memória” parece apropriado para caracterizar a escultura-símbolo do gaúcho promovida pelo MTG.

¹⁰¹ A autora refere-se ao caso da instituição da cidade de Goiás como cidade histórica e turística, elevada ao status máximo de patrimonialização: “Patrimônio da Humanidade” pela UNESCO.

¹⁰² Ocorrida no domingo de 11/03/2007. O monumento foi deslocado do Largo do Bombeiro, onde permaneceu por 49 anos, para um novo sítio em frente ao Aeroporto Salgado Filho, na Avenida dos Estados. Sua mudança de lugar foi uma verdadeira “operação de guerra”: o trânsito foi bloqueado pela EPTC, houve grande concentração de público e cobertura da imprensa; após seu içamento por um guindaste o *Laçador* foi posto em cima de um caminhão que foi acompanhado pelo trajeto até o novo sítio por uma escolta de cavalarianos do MTG, que inclusive fez uma “vigília” de sábado para domingo. A operação contou a presença de expoentes do MTG e do prefeito de Porto Alegre. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cs/default.php?reg=71797&p_secao=3&di=2007-03-11>. Acesso em: 12 maio 2008.

De fato, o *Laçador*, alçado a condição de símbolo de Porto Alegre e mais recentemente do Rio Grande do Sul, o monumento tornou reverenciado simbolicamente por muitos rio-grandenses, em sua maioria não militante do tradicionalismo. Talvez seja justamente o “ar” de alteridade do Laçador que cativa como referencial, já que, historicamente, as relações de contraste, distinção e diferença sempre foram qualidades valorizadas e que muitos sulinos procuraram enfatizar nos habitantes do estado em relação ao resto do país.

A este respeito Pollak observa que “[...] a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade” (1992, p. 205). Oliven (2006) reforça o raciocínio observando que ainda é válido para o contexto do Rio Grande do Sul o fato que só se chega ao nacional através do regional, ou seja, se é brasileiro sendo gaúcho antes. A identidade gaúcha é uma resposta enquanto expressão de uma distinção cultural em um país que tem dificuldade de assimilar sua diversidade cultural e onde a mídia busca homogeneizar os padrões culturais.

Realmente não deixa de ser pitoresco, mas não incomum, o fato de que, ao tempo que o Estado procura inserir-se no contexto nacional como exemplo de diversidade social, de progresso e trabalho, também se sujeita a delimitar sua identidade cultural a partir de uma visão unidimensional da cultura regional que é o monopólio simbólico do “gaúcho” da campanha.

De fato, o sentimento regional gaúcho, e sua particular força política, contribuem para afirmação de expressões canonizadas em um espaço simbólico de revigoração a partir deste mito de origem e, para muitos, talvez seja, como diria Bourdieu (2000), no nível do imaginário, e remetendo a um “atavismo farroupilha”, a satisfação de um “nacionalismo sem Estado Nacional”.

A despeito de suas invenções, o tradicionalismo gaúcho transformou-se em tradição, e de certa forma, no senso comum é visto como um movimento baseado em fundamentos históricos. Um caso evidente de “invenção retrospectiva” (TREVOR-ROPER *apud* HOBBSAWM, 1997), ou seja, quando tentasse vincular artificialmente um continuidade histórica entre o presente e um passado.

No entanto, cabe a crítica que o MTG, “guardião de uma tradição”, não representa a pluralidade da sociedade regional. Não abrange, não congrega, não promove a diversidade e as inter-relações dos grupos sociais formadores da sociedade rio-grandense, sobretudo as culturas populares, afro-brasileiras e

indígenas, portadoras de referências culturais e memórias diferenciadas em relação à região da campanha. Como sabemos, o espaço em que foi construída esta identidade social rio-grandense nunca foi “terra de ninguém”, se há um habitante imemorial do pampa este é o homem autóctone pré-colonização europeia.

Sempre há a confrontação entre memórias coletivas de grupos que manifestam tendências culturais distintas, que pertençam a qualquer conjunto de pessoas que aceite um conceito, uma consciência que denote identidade comum e que tenha suas próprias referências simbólicas. No entanto, o problema do tradicionalismo é que este enquadra a referência cultural da campanha rio-grandense no imaginário social de todo espaço regional.

Contudo cabe ao Estado às iniciativas que promovam as ações que consagrem estas memórias diferenciadas essenciais na formação histórica da cultura regional, mescla não só índios, africanos e colonizadores portugueses, mas também de platinos e imigrantes europeus.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No capítulo inicial foram discutidas as questões que podem advir e marcam uma construção social: o patrimônio, um conceito que tem o caráter de referir-se à memória e a identidade de grupos sociais ou sociedade como um todo. Partindo das proposições de Prats vimos que o patrimônio é um artifício, idealizado por alguém ou por um processo coletivo, que em algum lugar e momento é acionado para determinados fins, e implica, finalmente, que é ou pode ser historicamente mutável, de acordo com novos critérios ou interesses que determinem novos fins em novas circunstâncias e, independente do conceito que se use – construção social ou invenção do patrimônio – o que interessa é que a construção social da realidade não pode ser compreendida sem a intervenção de uma hegemonia social e cultural e que a invenção da realidade não se refere única e exclusivamente aos elementos, mas também, e principalmente, a composições. O autor destaca que em qualquer dos casos, a invenção, para se consolidar e perpetuar precisa necessariamente converter-se em construção social, ou seja, alcançar um mínimo de consenso. De qualquer forma, o autor destaca que os parâmetros que definem atualmente o que entendemos por patrimônio não é o seu caráter básico de construção social ou invenção legitimada nem sua suposta genealogia. O fator determinante é seu caráter simbólico, sua capacidade para representar simbolicamente uma identidade e isto explica como e porque se mobilizam recursos para conservá-lo e expô-lo. Sendo assim, é este caráter – o simbólico – que representa uma identidade, é o fio que liga esta síntese teórica com as duas construções patrimoniais abordadas no trabalho: Júlio de Castilhos como Patriarca do republicanismo no Rio Grande do Sul e o gaúcho promovido a símbolo que significa a todos os rio-grandenses a partir de um movimento de massas - o MTG.

O patrimônio a que podemos nos referir nestes dois processos compreendem todos aqueles elementos culturais que fundam a identidade dos dois grupos que se “conscientizaram” e defenderam demandas (idéias e valores) que os diferenciam(vam) dos demais. O PRR e o MTG evidenciam uma clara correlação entre interesses, valores e situações históricas sujeitas a alterações, sobretudo no que diz respeito à “tradição reordenada” no caso dos positivistas e a invenção de manifestações e práticas inexistentes no passado pelos tradicionalistas, que permitem entender as ativações patrimoniais como estratégias políticas que

articulam discursos que dependem dos referenciais escolhidos, dos significados e da importância relativa que se vinculam a estes referenciais, de sua inter-relação (forma como se integram), do contexto, um processo que não é isento de disputas e está suscetível a manejos que determinam seu resultado.

Outra questão pertinente é que tanto a “tradição reordenada” do PRR, quanto à “cultura tradicional gaúcha” do MTG foram fundamentadas tanto como patrimônio legado, como de aplicação (adesão), de préstimo contemporâneo, já que novos fundamentos culturais só se consolidam se transmitidos através da aprendizagem e repetição. Nesse caso, *O Laçador*, diferentemente do monumento a Júlio de Castilhos, conserva com muita vitalidade o significado que lhe foi instituído, já que possui um calendário comemorativo oficial, como a Semana Farroupilha, por exemplo, que reatualiza constantemente suas características simbólicas, corroborado por sua promoção a símbolo oficial da capital e mais recentemente do Rio Grande do Sul.

Por sua vez, o monumento a Júlio de Castilhos foi produto de uma visão particular da história: a organização positivista. Tem uma posição própria na sociedade rio-grandense de sua época, inserindo-se em um contexto de intervenção simbólica que de maneira alguma procurou ser neutra. Sua concepção foi antes de tudo uma montagem consciente de eventos históricos da época, da sociedade que o produziu e que a partir de predileções determinadas do passado procurou instituir uma imagem para o seu presente e legar para o futuro uma visão, não só de Júlio de Castilhos, mas de si própria. Ao tempo em que se punha explicitamente em cena como um “testemunho material” da autoridade do Patriarca do PRR, representava também a indução desse poder para seu sucessor, Borges de Medeiros; desse poder resultante, e se pensarmos que visava atingir o imaginário social, também contribuía simbolicamente para conceber esse poder, ainda mais se levarmos em conta o impacto visual que a monumental homenagem ao Patriarca causava no cenário da “Praça dos 4 Poderes”¹⁰³ gaúcha no início do século 20. Os positivistas, muitas vezes referindo-se a axiomas de sua doutrina, na medida em que sempre enfatizavam o legado de pessoas exemplo para a humanidade, como Júlio de Castilhos, não deixaram, de certa forma, de patrimonializa-lo. No entanto esta propriedade foi efêmera com o fim do Borgismo. Talvez porque o Patriarca tenha

¹⁰³ Ver nota 43.

sido desprovido dos rituais cívicos a ele vinculados, essências para a vitalidade de sua permanência simbólica. Passados 78 anos do último governo positivista do Estado, o monumento continua sendo manipulado, só que pelo tempo, transformou-se em monumento histórico, seus significados iniciais se diluíram, o Patriarca deixou de ser considerado exemplo a ser seguido pelas mentalidades contemporâneas e, sendo este seu sentido original, podemos dizer que passa por um “apagão simbólico”.

Como vimos também, em um contexto de “reordenação social”, o mito do gaúcho da expressão literária não poderia servir de sustentação ideológica à classe dominante, já que havia a preocupação de se celebrar um herói que acompanhasse a evolução da humanidade rumo ao “Tempo de Ouro”, representado pela sociedade industrial, pelo coletivismo, pela homogenização social, associadas a “ordem e progresso”. Embora o PRR se manifestasse como continuador dos ideais republicanos farroupilhas, regime de todas as virtudes, a “Tradição Gaúcha”¹⁰⁴, da qual o Patriarca e o partido eram uma evolução, a figura do gaúcho histórico, real, não foi explorada, pois pertencia à desordem social e não se enquadrava no modelo social positivista.

Apesar de ser legado a segundo plano durante a República Velha, pouco tempo depois, a partir da apropriação de matrizes míticas pré-existentes, o gaúcho é alçado a primazia simbólica no Rio Grande do Sul por um movimento que surge pautado pelo discurso de “reviver, restaurar e preservar” o “patrimônio cultural de todos os gaúchos”: O MTG.

Na tese-matriz do MTG, *O Sentido e o Valor do Tradicionalismo*, Barbosa Lessa enfatiza que um dos motivos que levaram aquele grupo de jovens a criar o movimento foi que o núcleo cultural constituído pelo “Patrimônio Tradicional” gaúcho corria o risco de desintegração pelos novos rumos sociais da sociedade urbana contemporânea. Em seu processo de difusão e consolidação a “valorização do patrimônio” cultural popular e tradicional do rio-grandense sempre foi evocada. Mais que isso, atualmente o MTG é uma entidade que atingiu um nível de aceitação popular que dá ao movimento uma relativa autonomia e capacidade de autogestão como “empresa patrimonial da tradição gaúcha”. E desse modo exerce uma significativa capacidade de poder político informal já que o patrimônio para ser

¹⁰⁴ “Tradição reordenada” a que se refere Albeche (1996).

viável tem que ser um valor socialmente reconhecido. Entre os participantes do tradicionalismo, uma parte considerável pensa realmente cultivar as “tradições históricas gaúchas” tal como o MTG propõe a fazer; é importante ressaltar que esta ação procura remeter à identidade, idéia abstrata que permeia o imaginário social, as visões de mundo, e que deste modo, ao se induzir a crença efetiva de se estar recuperando um “gaúcho original”, “autêntico”, portanto verdadeiro, se tem um instrumento poderoso para aliciar pessoas a agirem e pensarem de determinadas formas.

Outra questão muito importante observada por Nedel (2005, p. 415) é que o sucesso do movimento a partir de sua incorporação definitiva nas políticas públicas de gestão da cultura no Rio Grande do Sul implicou no desinteresse por parte das universidades em estudos relacionados ao folclore. Com efeito, faltam pesquisas mais apuradas para apontar com relativa concisão qual eram o grau de mobilidade e a dinâmica social deste personagem histórico e real – o “gaúcho” situado entre o século 18 e meados do 19 – em um espaço que hoje é trinacional.

Enfim, é pertinente ressaltar que a pesquisa no âmbito do patrimônio não é menos complexa do que possa parecer se comparada a outras temáticas historiográficas, sobretudo porque tratamos da cultura e dos imaginários sociais, realidades complexas, subjetivas e mutáveis que abarcam imensuráveis sistemas em sua totalidade.

Se levarmos em consideração que produzimos aproximações de nossa cultura que também julgamos convenientes, que respondem a questões determinadas por nosso tempo, que no mínimo sejamos rigorosos em seu planejamento, desenvolvimento e que o resultado final procure ser pautado pelo bom senso metodológico que só advém de muitas consultas bibliográficas, reflexões e da conjunção difícil de conciliar que a flexibilidade com rigor teórico.

REFERÊNCIAS

- ALBECHE, Daysi Lange. **Imagens do Gaúcho: história e mitificação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- ALVES, José Francisco. **A Escultura Pública de Porto Alegre: história, contexto e significado**. Porto Alegre: Artfolio, 2004.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi**.V. 5 [Anthropos-Homem]. Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.
- BITENCOURT, J. B.; NASCIMENTO, D. De Granito e de Bronze: marcos da identidade carbonífera em cidades catarinenses. *In: Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 329-343, jan./jun. 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. 7. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CÔRTEZ, J. C. Paixão. **O Laçador: história de um símbolo**. Porto Alegre: 35 CTG/Prefeitura de Porto Alegre, 1994.
- DELGADO, Andréia Ferreira. Goiás: a invenção da cidade “patrimônio da humanidade”. *In: Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 113-143, jan./jun. 2005.
- DOBERSTEIN, Arnold Walter. **Estatuária e Ideologia: Porto Alegre 1900-1920**. Porto Alegre: SMC (Secretaria Municipal da Cultura), 1992
- DURAND, Gilbert. **O Imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem**. Rio de Janeiro: Difel, 1994.
- FÉLIX, Loiva Otero. A Fabricação do Carisma: a construção mítico-heróica na memória republicana gaúcha. *In: FÉLIX, L. O.; ELMIR, C. P. (Org.). Mitos e Heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS: 1998. P. 141-160.
- _____. Mito e Alegoria: o universal e o nacional na luta federalista. *In: ALVES, F. N. ; TORRES, L. H. (Org.). Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1993. P. 153-162.
- _____. Monarquia e República: Gaspar e Júlio, os heróis na fala de chimangos e maragatos... ou ... contrabando, corrupção, fraudes e beneplácitos na fala do historiador. *In: FÉLIX, L. O.; RAMBO, A. B. (Org.). A Revolução Federalista e os Teuto-Brasileiros*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/ Ed. UNISINOS, 1995. P. 9-25.
- FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. **De Rio-Grandense a Gaúcho: o triunfo do avesso, um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877)**. Dissertação (Mestrado em História). PPGH/IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

GONÇALVES, Carlos Torres ; VILLARES, Décio. **O Monumento a Júlio de Castilhos Inaugurado a 25 de janeiro de 1913**. Porto Alegre: Governo do Estado, 1922.

GRIJÓ, L. A.; GUAZZELLI, C. A. B.; KÜHN, F; NEUMANN, E. S. (Org.). **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.

HARTOG, François. O Tempo Desorientado. Tempo e História: “como escrever a história da França?”. *In: Anos 90*, Porto Alegre, PPG em História da UFRGS, n.7, julho 1997.

HOBSBAWM, Eric ; RANGER, T. **A Invenção das Tradições**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LEAL, Elisabete da Costa. **Filósofos em Tintas e Bronze: arte, positivismo e política na obra de Décio Villares e Eduardo de Sá**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Tese (Doutorado em História). PPGH/IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: < http://fenix2.ufrj.br:8991/F/VRUQR_RIM4Y1SVUCKP79XCYU5YJ41FREF2854C47PDXIKY334PV-01223?func=short-0-&setnumber=727762&request=elisabete>. Acesso em: 12 maio 2008.

LEAL, Elisabete da Costa ; PEZAT, Paulo Ricardo. **Capela Positivista de Porto Alegre: acervo bibliográfico, documental e iconográfico**. Porto Alegre: [S. E.], 1996.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *In: História e Memória*. 2. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992. P. 535-553.

LESSA, Luiz Carlos Barbosa. **O Sentido e o Valor do Tradicionalismo**, 1954. Disponível em: < <http://www.mtg.org.br/valor.html>>. Acesso em: 14 set. 2008.

LEWGOY, Bernardo. **A Invenção de um Patrimônio: Um estudo sobre as repercussões sociais do processo de tombamento e preservação de 48 casas em Antônio Prado/RS**. Dissertação (Mestrado). Departamento de Antropologia: UFRGS, 1992.

MACIEL, Maria Eunice. Procurando o Imaginário Social: apontamentos para uma discussão. *In: FÉLIX, L. O.; ELMIR, C. P. (Org.). Mitos e Heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 1998.

_____. Patrimônio, Tradição e Tradicionalismo: o caso do gauchismo no Rio Grande do Sul. *In: Mneme – Revista de Humanidades: dossiê cultura, tradição e patrimônio imaterial*. MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. (Org.)] Caicó (RN). v. 7, n. 18, out./nov. 2005. P. 447-67.

MILLIET, Maria Alice. **Tiradentes: o corpo do herói**. São Paulo: Martins Fontes,

2001.

NEDEL, Letícia Borges. **Paisagens da Província**: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Júlio de Castilhos nos anos cinquenta. Dissertação (Mestrado em História). PPGH/IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

_____. **Um Passado Novo Para Uma História Em Crise**: regionalistas e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965). Tese (Doutorado em História). PPGH/ICH, Universidade de Brasília, 2005.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *In: Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEN, Ruben George. **A Parte e o Todo**: a diversidade cultural no Brasil-nação. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

_____. O Movimento Tradicionalista Gaúcho. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ano 6, n. 15, p. 40-52, fev. 1991.

_____. São Paulo, o Nordeste, e o Rio Grande do Sul. *In: Ensaios FEE*, Porto Alegre, (14)2: 397-409, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A Invenção da Sociedade Gaúcha. *In: Ensaios FEE*, Porto Alegre, (14)2: 383-396, 1993.

_____. (Org.). **História Cultural**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: ed. da UFRGS, 2003.

_____. Historiografia e Ideologia. *In: DACANAL, J., GONZAGA, S., (Org.). RS: cultura & ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto: 1996 [1980]. P. 60-88.

_____. Um Novo Olhar Sobre a Cidade: a nova história cultural e as representações do urbano. *In: MAUCH, C... [et al.] Porto Alegre na Virada do Século 19*: cultura e sociedade. Porto Alegre: ed. da UFRGS / ed. da ULBRA / ed. UNISINOS, 1994.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *In: Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jan./jun. 1989. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>>. Acesso em: 13 abril 2008.

_____. Memória e Identidade Social. *In: Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, jan./jun.1992. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>>. Acesso em: 17 abril 2008.

POSSAMAI, Zita Rosane. O Patrimônio em Construção e o Conhecimento Histórico. *In: Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 27, p.13-24, jan./jun. 2000.

PRATS, Llorenç. **Antropologia y Patrimônio**. Barcelona: Ariel, 1997.

ANEXO A - Ilustrações



FIGURA 1 – O monumento a Júlio de Castilhos inaugurado em 25 de janeiro de 1913.¹⁰⁵

¹⁰⁵ Alves, 2004, p. 04 – *op. cit.*



FIGURA 2 – Castilhos na “fase da organização do governo positivista” do Monumento.¹⁰⁶

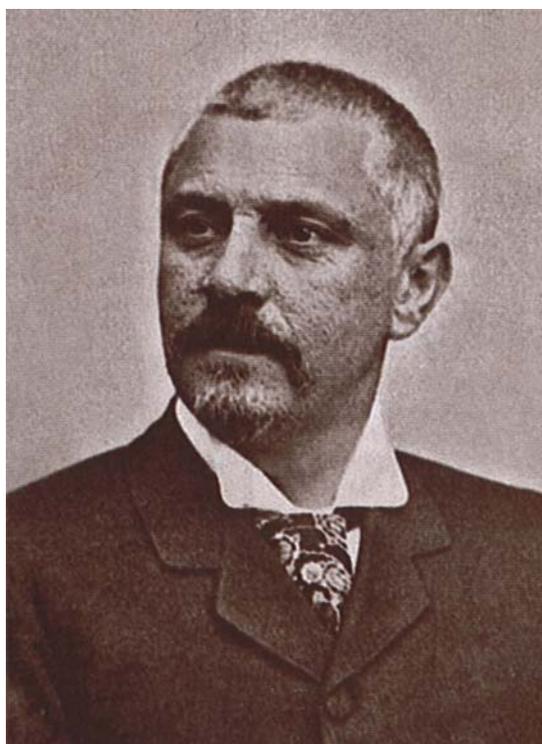


FIGURA 3 – Júlio de Castilhos.¹⁰⁷

¹⁰⁶ Alves, 2004, p. 55 – *op. cit.*

¹⁰⁷ Alves, 2004, p. 55 – *op. cit.*

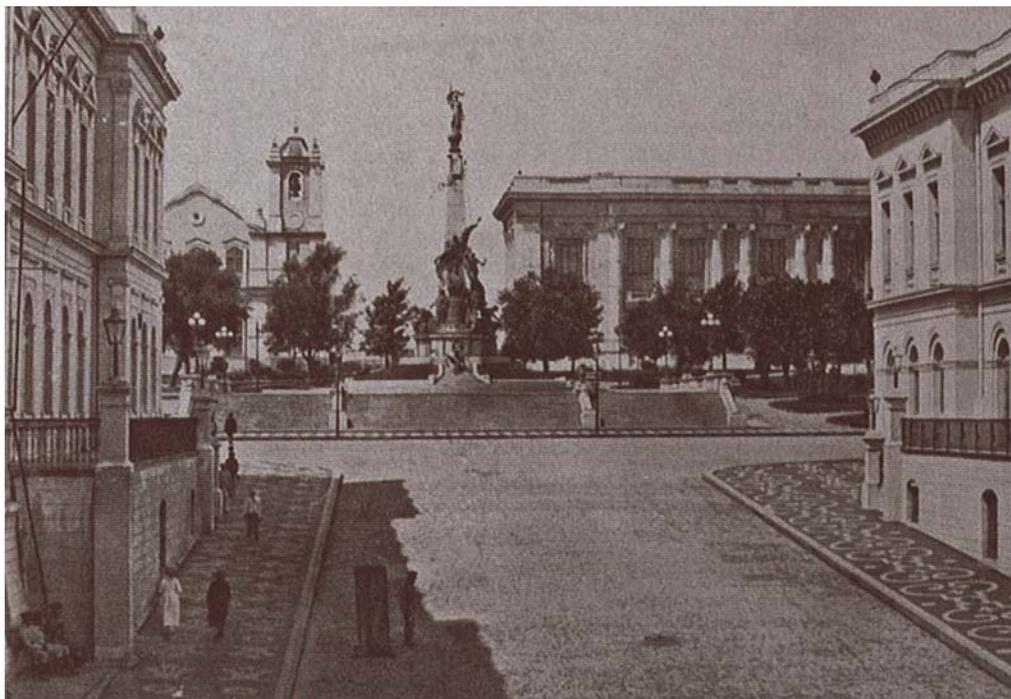


FIGURA 4 – No início do século 20 o monumento dominava o cenário da Praça Marechal Deodoro, “Praça dos 4 Poderes do Estado”.¹⁰⁸



FIGURA 5 – O “entusiasmo do povo rio-grandense pela causa republicana”: O “popular gaúcho” saudando a República e Júlio de Castilhos.¹⁰⁹

¹⁰⁸ Alves, 2004, p. 45 – *op. cit.*

¹⁰⁹ Doberstein, 1992, p. 48 – *op. cit.*



FIGURA 6 – O “Gaúcho Oriental”.¹¹⁰



FIGURA 7 – Antônio Caringi e *O Laçador* em gesso.¹¹¹

¹¹⁰ Alves, 2004, p. 107 – *op. cit.*

¹¹¹ Alves, 2004, p. 68 – *op. cit.*

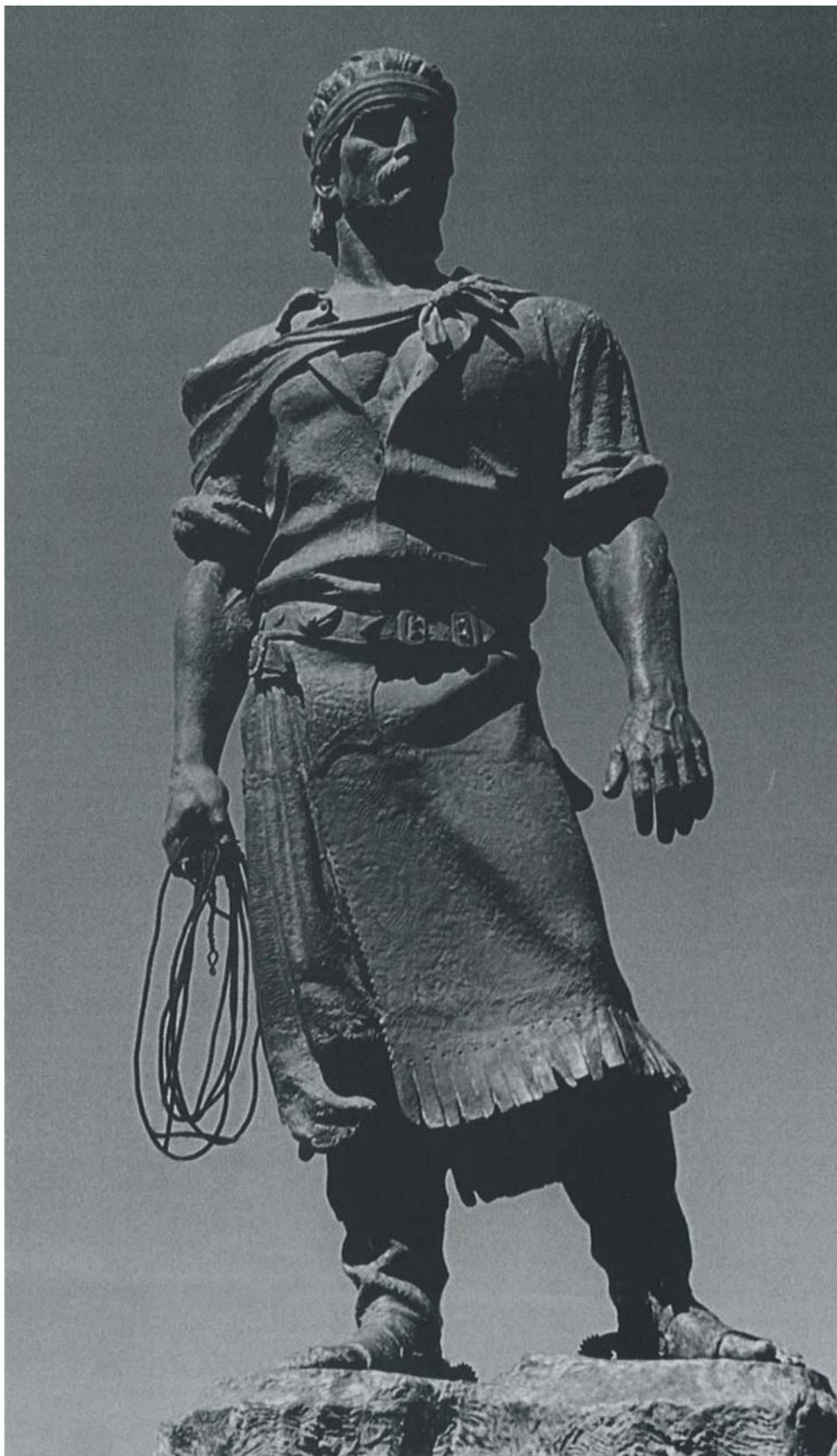


FIGURA 8 – O Laçador, monumento ao gaúcho inaugurado em 20 de setembro de 1958.¹¹²

¹¹² Alves, 2004, p. 10 – *op. cit.*